



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

**CRIMES EMBLEMÁTICOS E PSICOPATIA: a construção da imagem pública dos
assassinos**

ANA KAROLYNE DUARTE LAUREANO

**SANTA RITA
2023**

ANA KAROLYNE DUARTE LAUREANO

**CRIMES EMBLEMÁTICOS E PSICOPATIA: a construção da imagem pública dos
assassinos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Direito do Centro
de Ciências Jurídicas da Universidade Federal
da Paraíba como requisito parcial à obtenção
do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Me. Breno Marques de Mello

**SANTA RITA
2023**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L378c Laureano, Ana Karolyne Duarte.

Crimes emblemáticos e psicopatia: a construção da
imagem pública dos assassinos / Ana Karolyne Duarte
Laureano. - Santa Rita, 2023.

69 f.

Orientação: Breno Marques de Mello.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ/DCJ.

1. Psicopatia. 2. Crimes emblemáticos. 3. Justiça.
I. Mello, Breno Marques de. II. Título.

UFPB/DCJ/CCJ-SANTARITA

CDU 34



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DIREÇÃO DO CENTRO
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

**ATA DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO**

Ao vigésimo terceiro dia do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte três, realizou-se a sessão de Defesa Pública do Trabalho de Conclusão do Curso de Direito intitulado “Crimes emblemáticos e psicopatia: a construção da imagem pública dos assassinos”, sob orientação do(a) professor(a) Breno Marques de Mello que, após apresentação oral, foi arguido pelos integrantes da Banca Examinadora que se reuniram, reservadamente, e decidiram emitir parecer favorável à APPROVAÇÃO, de acordo com o art. 33, da Resolução CCGD/02/2013, do(a) aluno(a) Ana Karolyne Duarte Laureano com base na média final de 10,0 (DEZ). Após aprovada por todos os presentes, esta ata segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Breno Marques de Mello

Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva

Rebecka Wanderley Tannuss

Dedico o presente trabalho, com amor, a
Irismar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família, por todo suporte e incentivo que me foi dado ao longo deste curso.

À Yasmin, pois não teria como chegar ao fim deste curso sem mencionar quem viveu os últimos anos intensamente junto comigo e meu deu todo o apoio que eu precisava para continuar.

Ao meu orientador Me. Breno Marques de Mello, por sua valorosa contribuição, sendo fundamental em todo o processo de elaboração deste trabalho.

A todos os professores do curso, por compartilharem seus conhecimentos, aos vários colegas de graduação, pelo companheirismo.

Também, quero praticar a gentileza de agradecer a mim mesma, agradecer à Ana Karolyne de ontem que não desistiu do seu sonho, que estudou quando poderia ter feito qualquer outra coisa, ou quando fez qualquer outra coisa quando poderia ter estudado, por ter cumprido suas metas, ou quando se esforçou para cumpri-las, mesmo quando não conseguiu.

Enfim, agradeço a todos aqueles não mencionados por nome, mas que, de alguma forma, me auxiliaram com seus conhecimentos ou apoio.

A todos, meus mais sinceros agradecimentos!

RESUMO

Tem este trabalho o objeto central analisar quando e porquê surge o argumento da psicopatia em crimes emblemáticos, além de entender as relações entre a sociedade, familiares de vítimas, ativistas de movimentos sociais, políticos e jornalistas, que oportunizariam construir a faceta psicológica do criminoso ao buscar por justiça. Também porque vejo que há um debate considerável sobre como essas pessoas realmente são, pois eles são continuamente apresentados como criminosos e temidos devido às suas supostas tendências agressivas, decorrentes da rotulagem excessiva de assassinos como psicopatas pela mídia e pela cultura popular. Desta forma, busquei demonstrar como assassinos passam por um processo de deterioração identitária, abordando a forma que os criminosos surgem como psicopatas, e, a partir disso, entender a forma que estas pessoas são tratadas socialmente e juridicamente.

Palavras-Chave: Psicopatia; Crimes emblemáticos; Justiça.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze when and why the argument of psychopathy arises in emblematic crimes, in addition to understanding the relationships between the society, victims' families, social movement activists, politicians and journalists, which would build the psychological facet of the murderer when fighting for justice. Also because I see that there is a considerable debate about what these people really are, as they are continually presented as criminals and feared due to their supposed aggressive tendencies, stemming from the excessive labeling of killers as psychopaths by the media and popular culture. In this way, I will demonstrate how murderers go through a process of identity deterioration, addressing the way in which criminals "become" psychopaths, and, from this, understand the way which these people are treated socially and legally.

Keywords: Psychopathy; Emblematic crimes; Justice.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 Objetivos e Métodos.....	7
1.2 A construção do objeto de pesquisa.....	8
 2 CRIME E SUAS NARRATIVAS.....	 13
2.1 Crime aos olhos da população.....	13
2.2 A seriedade de cada crime.....	16
2.3 As narrativas sobre crimes midiáticos.....	19
2.4 Eventos críticos e a luta por justiça.....	23
 3 O CRIMINOSO E A PSICOPATIA.....	 27
3.1 A construção do personagem dos criminosos.....	27
3.2 O argumento da psicopatia.....	29
3.3 A falsa dicotomia entre crimes violentos e crimes não violentos.....	36
3.4 As decisões jurídicas de casos emblemáticos em meio ao sensacionalismo midiático.....	38
 4 ANÁLISE DE CASOS EMBLEMÁTICOS.....	 40
4.1 Caso Suzane Von Richthofen.....	40
4.2 Caso Pedrinho Matador.....	48
4.3 Caso Vampiro de Niterói.....	51
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 58
 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 62

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar como, quando e porquê surge o argumento da psicopatia em crimes emblemáticos. E entender as relações entre familiares de vítimas, ativistas de movimentos sociais, políticos e jornalistas, que oportunizariam construir a faceta psicológica do criminoso ao buscar por justiça.

Na primeira versão do meu projeto de pesquisa para a monografia, construí meu objeto de análise a partir de criminosos psicopatas, pois considero os psicopatas um grupo de pessoas intrigantes. Sobretudo, porque vejo que há um debate considerável sobre como eles realmente são, pois eles são continuamente apresentados como criminosos e temidos devido às suas supostas tendências agressivas, decorrentes da rotulagem excessiva de assassinos como psicopatas pela mídia e pela cultura popular.

Por isso, achei necessário abordar a forma que os criminosos surgem como psicopatas, e, a partir disso, entender a forma que estas pessoas são tratadas socialmente e juridicamente, com o objetivo de problematizar a forma de tratamento dado aos psicopatas pelo sistema penal brasileiro. Além disso, acredito que o presente tema foge do óbvio e não é muito comentado, por isso pode ter uma grande relevância acadêmica.

Uma corrente de entendimento tida como a majoritária, considera a psicopatia como um transtorno de personalidade antissocial, marcado por falta de empatia que pode resultar em comportamento criminoso. Logo, um psicopata pode vir a cometer um ou vários crimes durante sua vida, sem sentir nenhum remorso (Palhares, 2012). Porém, o que quero focar especificamente neste trabalho é a questão da suposta rotulação excessiva de assassinos como psicopatas e quais as condições que fortalecem esse tipo de movimento argumentativo.

Antes de abordar isto, é preciso discutir brevemente o que é a psicopatia e como ela é avaliada. Há um vasto debate sobre quais características melhor definem o que faz de alguém um "psicopata", e existem diferentes correntes de entendimento acerca do tema, mas, em suma, são três as principais. A primeira considera a psicopatia uma doença mental, a segunda uma doença moral e a terceira um transtorno de personalidade.¹

A ferramenta mais amplamente utilizada para avaliar a psicopatia em ambientes forenses é a Escala de Robert Hare, que é um checklist de verificação para a psicopatia, na qual um entrevistador treinado avaliará uma pessoa em 20 características diferentes e atribuirá uma pontuação de 0 a 2 para cada uma delas, de modo que a pontuação total pode variar de 0

¹ SILVA, Ana Beatriz B. *Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado*/Ana Beatriz Barbosa Silva. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

a 40. Uma pessoa pode ser diagnosticada como psicopata se pontuar acima de um limite predeterminado. O resultado varia em diferentes países, há regiões que a nota de corte é 25 e em outras é 30. Portanto, usando a pontuação da Escala de Hare, pode-se falar sobre psicopatia usando uma abordagem categórica ao utilizar a nota de corte, ou uma abordagem contínua, considerando a pontuação total².

O uso da nota de corte pode ser conveniente em alguns aspectos, pois pode-se estimar a porcentagem de psicopatas na população em geral. Por exemplo, se utilizar um limite de 25, pode-se estimar que determinada parcela da população se classificaria como psicopata. Por outro lado, usar a abordagem contínua é menos arbitrário e permite comparações relativas, de modo que alguém pode ter traços psicopáticos baixos, médios ou altos.

Se nas pontuações mais altas de psicopatia são verificadas as formas mais violentas e extremas de homicídio, pode-se concluir, a partir da Escala, que existe uma forte ligação entre psicopatia e homicídio, e que os traços psicopáticos são um fator de risco significativo para a violência letal. Porém, existem várias mortes oportunizadas por situações diversas que não possuem uma relação direta com a psicopatia, ou nenhum outro tipo de doença, então não dá para estabelecer de fato se a medida que o homicídio se torna mais violento, extremo ou sádico, a relação entre a psicopatia e o subtipo de homicídio torna-se mais forte.

Mas se considerarmos que a mídia e a cultura popular identificam os assassinos como psicopatas quando eles fazem algo "excessivo" ao cometer o assassinato, o que é considerado "excessivo" pode ser relativo. Na argumentação de Miskolci (2016), resultado de pânico morais gera debates sobre as mudanças na forma que as pessoas se comportam, com o propósito de controlar os que ameaçam a normalidade social, já que o objetivo da coletividade é criar formas de controle social.

Nem sempre existiu um termo exato para transtornos de personalidade, no entanto, comportamentos erráticos e desumanos sempre ocorreram (na vida real e na arte), mas desde quando a ideia de insanidade moral surgiu, até os dias de hoje, os diagnósticos estão enraizados ao controle dos impulsos, existe uma preocupação em domar pessoas e promover cidadãos "responsáveis", capazes de exercer controle comportamental.

Ao contrário de outras doenças e distúrbios genéticos, a rotulação dos transtornos mentais parecem ser justificados e prescritos pelas posições morais, através das quais a justiça e a empatia só podem ser determinadas pela forma como a sociedade vê a moral.

² Alves, Marina; Alvarenga Filho, José. *Ensaio sobre a Psicologia Jurídica: Uso e Consequências Sociais do PCL-R*. Psicologia: Ciência e Profissão 2022 v. 42, e240111, 1-18. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003240111>>

Como muitas pessoas obtêm informações de jornais e internet do que qualquer outra fonte e veem as informações disseminadas por estes veículos como factuais, esta presença da mídia pode fazer muito pela forma que assassinos são vistos pelos olhos da população. A psicopatia tem sido associada a determinados tipos de assassinatos, especialmente casos midiáticos, onde há violência "extrema" ou o assassinato premeditado dos pais ou filhos por exemplo. Mas a maioria dos assassinatos não se enquadra nessas categorias. As pessoas matam outras por todos os tipos de "razões", desde o orgulho ferido até o desejo de vingança, e, ao que parece, não precisam de um alto nível de traços psicopáticos ou sádicos para serem capazes de fazer isso.

Os psicopatas não são automaticamente assassinos e nem todos os assassinos são psicopatas, embora, é claro, alguns possam ser. Em alguns tipos de assassinatos, geralmente não é dito que os assassinos são psicopatas, como nos casos de legítima defesa, ou casos que, em guerras, soldados matam soldados inimigos em combate, já que, como soldado, você está autorizado por lei a matar o inimigo para a proteção do seu país. Em países que possuem pena de morte em seu ordenamento jurídico, um carrasco agindo sob ordem do tribunal está autorizado por lei a matar o criminoso condenado. Portanto, os assassinatos ordenados ou autorizados por lei são justificáveis, então, parece que para o argumento da psicopatia surgir, depende das circunstâncias do crime.

Olhar para cada caso individual, determinar o raciocínio por trás dele e fazer um juízo de valor é algo que a população faz. Há genocídio, patricídio, matricídio, parricídio, infanticídio, entre outros. Por exemplo, alguém que comete infanticídio (matar uma criança) não necessariamente é um psicopata. As pessoas que sofrem da Síndrome de Munchausen machucam ou matam seus bebês para ganhar atenção e simpatia, e elas geralmente não são psicopatas, mas sim portadoras de outra condição.

Este trabalho, portanto, visa analisar qual aspecto de um crime faz com que um assassino seja considerado um psicopata na visão pública, investigar qual o limite inaceitável, descobrir se a população precisa viver momentos de angústia e pânico para considerar que a pessoa causou isto é um doente; e examinar de qual forma a exposição da violência pela mídia afeta a visão da população através de uma explicações simplificadas de questões complexas.

1.1 Objetivos e Métodos

O presente estudo pressupõe que cada caso criminal emblemático é construído como uma polêmica policial, jurídica, política e midiática, e, a partir disso, argumentações sobre os

criminosos surgem para, mais do que analisar criticamente uma versão dos fatos, criar um espaço próprio de fala para explicar a violência. Então, o principal tema do estudo desenvolvido se concentra em examinar o que influencia as pessoas na formação de suas opiniões acerca deste tema.

Com esta ideia em mente, surgiram os seguintes objetivos específicos: Identificar teorias dos campos de estudo da criminologia e da mídia, descrever e analisar informações disponíveis sobre a influência das pessoas e dos meios de comunicação nos crimes e estabelecer uma conclusão sobre o tema. A partir disto, quero apresentar uma discussão sobre o tema que escolhi analisar fazendo uma síntese das informações recolhidas.

Este trabalho tem um total de três capítulos, o primeiro contém uma análise sobre o entendimento público acerca de crimes, as narrativas construídas acerca dos crimes midiáticos e como a luta por justiça afeta a formação de opiniões. O segundo capítulo trata sobre a construção do personagem dos criminosos e o argumento da psicopatia. E, o terceiro capítulo trará uma análise de casos reais, explorando a jornada até a condenação, de alguns assassinos conhecidos. Por fim, as considerações serão apresentadas, seguidas das valiosas referências utilizadas para compor este estudo.

1.2 A construção do objeto de pesquisa

A partir destas várias "camadas" que envolvem esta análise que eu pretendia investigar, comecei estudando as análises de Paula Mendes Lacerda (Lacerda, 2015), sobre o "caso dos meninos emasculados de Altamira", e ali estava materializada boa parte dos dramas e conflitos que me pareciam importantes entender. Compreender o processo pelo qual os acontecimentos deste caso foram construídos como uma polêmica política, jurídica e policial, na qual se envolveram familiares de vítimas, religiosos, membros do sistema judiciário, defensores dos direitos humanos, entre outros sujeitos que tiveram relevância para tornar o caso o resultado de um engajamento político.

Inspirada por esta autora, por Peter Fry (Fry, 1982) sobre o "caso Febrônio Índio do Brasil", e também por Foucault no contexto do "caso Rivière" (Foucault, 2010), houve uma interligação entre a psiquiatria e o sistema de justiça penal. Todos estavam envolvidos no diagnóstico e construção dos domínios de conhecimento e legalidade. No caso dos "emasculados", assim como no "caso Febrônio", a influência da "feitiçaria", "magia negra" e "homossexualidade" exerce fortemente sua força sob as formas que as pessoas irão potencialmente compreender e reagir aos delitos perpetrados e aos supostos criminosos. No

caso dos "emasculados", por exemplo, além de todos estes aspectos, a mobilização social emergiu como uma força crucial no processo de transformação dos atos inicialmente classificados como "crimes" para uma "causa".

Para entender a forma que os assassinos se tornam psicopatas de psicopatas, achei crucial focar na dinâmica entre os vários agentes que se envolvem nos mais diversos casos de assassinatos. Estas partes interessadas incluem familiares das vítimas, ativistas, políticos, pessoas que trabalham na mídia, entre outros sujeitos.

Também, ao longo do processo de pesquisa, achei importante compreender a dimensão múltipla da interação (Goffman, 2007, 2011). Esta estrutura ilustra como os indivíduos, enquanto projetam uma identidade específica ("mãe", por exemplo), são interpretados por meio de classificações relacionadas aos papéis que desempenham ("mãe narcisista", "mãe amorosa", "mãe omissa"). Tais classificações influenciam posturas, atitudes e apresentação de demandas.

Ao acentuar esta interação entre as partes interessadas, meu objetivo foi compreender os casos não como um resultado imposto por uma perspectiva singular, mas sim como um resultado que surge da trama entrelaçada de diversas multiplicidades, isto envolvendo agentes, instituições, atribuições e caminhos seguidos dentro do cenário específico de cada situação.

Por meio das posições sociais moldadas pelo engajamento político, a população geral, ativistas, defensores dos direitos humanos, independentemente de serem parentes das vítimas ou dos assassinos ou não, não apenas analisam de maneira crítica a uma versão que já existe (determinada pela investigação dos casos), mas sim constroem um espaço discursivo próprio, que rivaliza com o que é dito pela polícia e pela justiça.

É importante compreender também qual a forma que faz sentido para as pessoas entenderem os crimes, o que influenciou, e qual o componente que faz com que exista uma explicação para o acontecido, algo que represente uma possibilidade de concluir os motivos e circunstâncias que levam uma pessoa a matar outra ou outras com requintes de crueldade.

Muitas vezes é dito: "ele(a) só pode ser um psicopata", já que os atos da pessoa não são compreendidos, pois determinadas ações extrapolam as possibilidades de compreensão, do que é considerado "normal", porém os assassinos muitas vezes são pessoas "normais", seres humanos matam outros. Talvez este ato de matar alguém seja incompreensível para algumas pessoas, por isso que pode ser tão difícil tentar entender e explicar tudo que vem depois disso.

Ao assistir entrevistas de assassinos e reportagens sobre crimes, é fácil ver que notícias sobre violência, intencionalmente ou não, fornecem ao público uma estrutura crítica para pensar sobre violência, suas causas e soluções. Os meios de comunicação de massa são uma

fonte primária de informação para o público em geral sobre crime e violência, e a mídia noticiosa tem a capacidade de dizer às pessoas sobre o que pensar e como pensar, duas funções que podem ter um impacto crítico na prática.

O poder dos veículos de comunicação de influenciar o que as pessoas pensam vem de sua capacidade de escolher as histórias que atrairão a atenção da mídia e a forma que estas histórias serão contadas. A maior visibilidade de um evento leva a maior preocupação do público para um problema.

A escolhas feitas pelos meios de comunicação para cobrir alguns eventos, mas não outros, não são aleatórias, uma parcela desproporcional da cobertura jornalística é dedicada ao homicídio, e determinados tipos de vítimas de homicídio (por exemplo, mulheres, jovens, pessoas de bairros mais ricos) têm sido super-representadas na cobertura de notícias, enquanto outras vítimas (por exemplo, negras, mortas por bala perdida e assassinatos em áreas marginalizadas) são sub-representadas. Deturpações como essas, independentemente da intenção, tendem a distorcer a consciência pública e as percepções sobre a prevalência e a natureza dos problemas de saúde pública, que, neste caso, é a violência.

É fundamental considerar como a natureza da cobertura da mídia sobre uma pessoa ou um crime cometido pode afetar as crenças e percepções públicas, ajudar a estabelecer agendas específicas, influenciar as políticas públicas e ter impacto na alocação de recursos para questões do sistema prisional. Por exemplo, os noticiários raramente descrevem o contexto social mais amplo associado à violência. Enfocar a violência como uma questão episódica em vez de temática pode influenciar a atribuição de responsabilidade pelo público tanto pelas causas quanto pelas soluções para a violência. Isso poderia, subsequentemente, ou de forma independente, tornar mais provável que os formuladores de políticas se concentrem em soluções orientadas para o indivíduo (por exemplo, punição) em vez de esforços amplos de prevenção da violência baseados na sociedade.

Percebo que há um ponto de atração, romântico ou não, pelo qual as pessoas parecem ter por assassinos. Pode ser uma pessoa que simplesmente não consegue deixar de falar sobre o que causou o crime, sobre a vida do assassino antes do crime, até mesmo para a pessoa que idolatra o criminoso. É interessante refletir sobre o que por que que tantas pessoas ficam intrigadas com esse tipo de pessoa quando o seu crime deveria ser supostamente ignorado e evitado pelo público, por homicídio se tratar de uma forma de violência tão cruel.

Alguns dos crimes mais perturbadores são documentados e tem muita audiência, e isso fez eu me perguntar o porquê que o assassinato, crime considerado tabu, é um dos que mais recebe atenção do mundo e o que o torna tão impactante na memória das pessoas. Pode ser

simplesmente a maneira como a história é relatada que simplesmente prende as pessoas, ou pode ser a maneira como a mente de uma pessoa funciona que os atrai com a ideia do que eles estão procurando em suas vidas. Nesse caso, pode haver uma mudança em como os assassinos são vistos se a história de seu crime for mostrada sob uma luz específica.

Goffman (1988), em sua obra "Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada", o autor apresenta uma análise sobre como ocorre a transformação de um indivíduo "normal" e socialmente adaptado em alguém estigmatizado. Ele examina minuciosamente a formação do estigma, a gestão da informação, a influência da mídia, as dinâmicas entre grupos, a interação entre aqueles estigmatizados e os considerados normais, bem como o impacto desse processo na busca pela justiça.

Como sociedade, a nossa responsabilidade, à luz das informações fornecidas pela mídia, reside na análise crítica das relações sociais. Especificamente, devemos examinar as atitudes que pessoas consideradas "normais" (um termo utilizado pelo autor citado) têm em relação a indivíduos estigmatizados e as atitudes que tomamos em relação a eles. Goffman argumenta que, por definição, tendemos a ver uma pessoa com um estigma como alguém que não é completamente humano, e com base nisso, perpetuamos diversas formas de preconceito, muitas vezes inconscientemente, reduzindo suas perspectivas de vida.

Mas o foco do meu estudo aqui não reside na análise da personalidade dos assassinos ou nos detalhes dos crimes que cometeram. Evito realizar uma avaliação de seu caráter ou da reprovabilidade de suas ações, pois em vez disso, meu objetivo é investigar o processo de deterioração identitária que os assassinatos causam na vida dessas pessoas. O que busco realizar aqui é examinar como a repulsa pública em relação aos crimes afeta o criminoso e sua reputação perante a sociedade. Além disso, questiono se, a partir de um julgamento baseado em uma imagem prejudicada, é possível alcançar a verdadeira justiça.

Ou seja, pretendo ilustrar como a sociedade reage quando alguém quebra determinados paradigmas e, ao fazê-lo, é submetido a um julgamento por parte daqueles considerados "normais", revelando assim os preconceitos que a pessoa estigmatizada enfrenta.

Pois, irei examinar diversos aspectos, incluindo a influência exercida pela imprensa por meio de programas jornalísticos e cobertura policial sobre a atividade de investigação criminal realizada pela Polícia Judiciária. Essa influência abrange vários aspectos, com destaque para o fenômeno da "sensacionalização" de crimes de grande repercussão, uma situação que gera uma mobilização social significativa e concentra a atenção no desfecho de uma investigação criminal. Além disso, devido à pressão da mídia e do público, não é

incomum que as investigações criminais sejam conduzidas com pressa, visando atender à demanda por uma rápida busca por justiça.

Além disso, é possível observar no país, assassinos sendo constantemente exaltados ou perdoados pela sociedade, em particular quando se trata de homens. O Goleiro Bruno, que foi acusado de assassinar e esquartejar a mãe de seu filho, Eliza Samúdio, Pedrinho Matador, considerado o maior assassino em série do país, e o ator e pastor Guilherme de Pádua, que assassinou Daniella Perez em 1992, são apenas alguns exemplos desse fenômeno.

Suzane von Richthofen, por outro lado, não foi acolhida, mas, indiscutivelmente, é uma das figuras que desperta maior interesse. Jornais e portais online dedicam seus esforços para manter sua presença viva na mente dos espectadores, alimentando a curiosidade interminável em torno do caso. As "saidinhas" de Suzane são sempre amplamente noticiadas, assim como suas atividades dentro da prisão. Em 2018, ela chegou a ser perseguida por um repórter que buscava relatar como ela passaria seus dias fora da prisão. Isso evidencia de forma inegável o fortalecimento do vínculo entre a mídia, o público e o fascínio em relação ao caso.

Nesse contexto, minha intenção aqui é investigar os elementos que podem contribuir para a notoriedade dos assassinos em casos emblemáticos, explorando o conceito de "crime tabu" e o impacto emocional que ele provoca na sociedade. Além disso, vou analisar a construção da imagem de um "monstro" assustador, uma vez que é comum que a população associe criminosos, particularmente assassinos, a essa ideia de monstruosidade.

2 CRIME E SUAS NARRATIVAS

2.1 Crime aos olhos da população

Para o público, o crime parece estar em todo lugar, nas ruas, nas casas das pessoas e nas telas de tv. As pessoas preocupam-se com a proliferação de drogas ilegais e a transformação de muitos centros urbanos em áreas "proibidas", mas não é apenas o crime que chama a atenção do público, a resposta da justiça é igualmente interessante: um grande número de pessoas faz questão de acompanhar os desdobramentos de investigações e o julgamento de criminosos, e assim nascem os casos midiáticos. Casos como os de Suzane von Richthofen, Pedrinho matador, Vampiro de Niterói e dos "meninos emasculados" de Altamira, por exemplo, são famosos e atraíram grande cobertura de todos os tipos de mídia.

A preocupação pública generalizada com crimes é muitas vezes acompanhada por uma visão altamente negativa da resposta da justiça criminal. Muitas pessoas consideram o sistema de justiça muito leniente e inclinado a proteger o criminoso em detrimento dos direitos da vítima ou da sociedade em geral. Neste sentido, uma das ironias é que a população muitas vezes percebe o próprio sistema de justiça como uma causa do crime.

A cobertura midiática de histórias de crimes explica grande parte do interesse do público, bem como a extensão limitada do seu conhecimento do sistema de justiça. A mídia noticiosa presta muita atenção ao crime, seja na forma de dramas ficcionais ou de programas de notícias, e as pessoas que assistem muita televisão ou lêem muitos jornais estarão expostas a uma dieta constante de histórias policiais. Porém, as informações transmitidas e as estatísticas oficiais de criminalidade não registram a "verdadeira natureza" dos crimes, pois os motivos, justificativas e causas de um crime são influenciados por muitos fatores.

O mesmo pode ser dito da cobertura da mídia noticiosa sobre a resposta da justiça aos crimes. Também aqui, a cobertura da mídia apresenta uma visão distorcida da realidade, que sublinha a indulgência do sistema.

Os casos criminais envolvem conflitos entre indivíduos ou entre indivíduos e o Estado. O conflito está no cerne de todo drama, então as histórias de crime são inerentemente dramáticas, e isto é visto nos casos que atraem a atenção dos meios de comunicação social. Quase sempre envolvem conflito, no momento do crime e em processos judiciais subsequentes. Frequentemente há um mistério: o que realmente aconteceu? Num julgamento de homicídio, por exemplo, o acusado pode ser a única pessoa que sabe a verdade, e não é obrigado a dizer nada. Há também um sentimento de curiosidade quando um julgamento se

desenrola com dois lados fornecendo relatos contraditórios dos acontecimentos. E o modelo de justiça processual aumenta o drama, os eventos seguem um modelo contraditório: dois adversários teoricamente iguais representando lados opostos na disputa.

Embora as atitudes sejam formadas e modificadas por experiências diretas e indiretas, na área do crime e da justiça, os meios de comunicação social são predominantes. A maioria das pessoas tem uma experiência direta muito limitada com as questões da justiça que geram maior controvérsia. Por exemplo, muitas pessoas têm fortes opiniões sobre como é e como deveria ser a vida de encarcerados na prisão, mas quantas pessoas realmente estudaram ou visitaram prisões com frequência suficiente para compreender o que se vivencia nessas instituições? Contamos com a mídia, através de representações factuais e ficcionais, para nos fornecer informações sobre crime e justiça. Nossas percepções sobre os criminosos baseiam-se muitas vezes no que vemos na tela e não no que deveria representar verdade dos fatos.

Para além da frequência do crime na nossa sociedade, o carácter de interesse humano inerente às histórias de crime significa que se trata de um tema perpetuamente digno de audiência. No entanto, se os meios de comunicação social não podem ser criticados por reportarem crimes, a forma como os reportam está sujeita a escrutínio. A cobertura noticiosa de crimes, embora aparentemente factual e objetiva, apresenta na verdade uma imagem muito distorcida das situações.

Embora as estatísticas sejam por vezes divulgadas nos noticiários, a maioria das notícias criminais consiste em relatos de crimes específicos, quer seja no momento que ocorrem (como no caso de um sequestro em curso), quer seja pouco depois de terem ocorrido. E, dado que a "oferta" de crimes a colocar nos holofotes é virtualmente ilimitada, devem ser feitas escolhas sobre quais os crimes evidenciar. Como qualquer outro tipo de material noticioso potencial, o critério central para a escolha de histórias policiais é o "valor jornalístico". No caso do crime, a noticiabilidade se traduz em seriedade, e quanto mais grave for um crime, maior será a probabilidade de aparecer como uma notícia.

Uma imprensa livre é um pilar fundamental em qualquer sociedade que aspire à democracia, no entanto, é crucial observar como essa liberdade democrática é exercida. Por meio de uma atuação responsável e crítica, a imprensa tem o potencial de dar destaque à centralidade da vítima, que muitas vezes é relegada a um papel secundário no processo criminal, e de fortalecer políticas públicas que protejam as minorias. O problema surge quando a mídia assume o papel de definir verdades, em vez de atuar como facilitadora do debate público e da apresentação de diferentes perspectivas.

A tensão entre a mídia e o sistema de justiça criminal se intensifica nos casos de grande repercussão, nos quais a busca incessante por informações e a corrida por obter "furos de reportagem" muitas vezes superam a importância de manter uma relação cordial e respeitosa entre os meios de comunicação e os agentes públicos. Isso ocorre porque a transformação do potencial dramático da função judicial em narrativas midiáticas contribui para a amplificação da percepção de uma justiça morosa e ineficaz em sua missão de identificar e punir os criminosos.

De fato, a lógica midiática prioriza a rapidez e busca adaptar a complexa realidade de uma investigação criminal ao seu público, simplificando a mensagem e sensacionalizando a atuação da polícia na investigação. Esse discurso midiático acaba por borrar as fronteiras entre a realidade da investigação criminal e a ficção, ao traduzir a mensagem oficial para o grande público de forma a criar narrativas que constroem imagens da realidade relacionadas ao crime, à investigação, aos indivíduos envolvidos e à ordem social. Durante essa transmissão de informações, é comum a mídia adotar um discurso de justiça, pressionando por uma rápida resolução do conflito, argumentando que o sistema de justiça criminal deve operar de maneira ágil, transparente e eficaz. Em um extremo, essa abordagem pode até questionar a legitimidade da função investigativa ou de qualquer outro componente do sistema de justiça criminal.

Em situações como essas, a mídia tem o potencial de criar ambientes de "histeria coletiva" e de promover uma cultura autoritária e utilitarista. Quando associada às políticas públicas de segurança e às instituições judiciais, essa abordagem pode vir a resultar em um agravamento da seletividade penal e na normalização de um estado de exceção constante, onde, mesmo dentro de um Estado de Direito, determinados grupos podem ser alvo de perseguição por meio de práticas de governos autoritários.

É fácil entender o interesse por crimes que são muito comentados, pois tal como em um romance policial, muitos casos tem como personagem principal um assassino misterioso, que se torna um monstro no momento em que é descoberto. E as histórias de crimes mais dramáticas evocam, ou atraem, a atenção do público de uma forma grandiosa. Em 2021, a busca por Lázaro, que foi chamado de *serial killer*, foi acompanhada e comentada pelas pessoas pelo noticiário como se fosse *reality show*.

Crime, então, é, em muitos aspectos, uma questão social muito particular. É evidente que a população tem opiniões sobre outras questões, como o que fazer em relação à economia ou ao sistema de saúde, mas a justiça criminal atrai a nossa atenção e desperta as nossas emoções em muitos níveis diferentes. Respondemos visceralmente às imagens de violência

urbana projetadas pelos meios de comunicação, e sentimos uma sensação de indignação mais imparcial quando tomamos conhecimento de criminosos que cometem crimes graves e ainda assim "escapam" com penas consideradas "fracas".

Um dos métodos mais reveladores para obter *insights* sobre as atitudes públicas em relação à violência é examinar a opinião pública sobre sanções legais para crimes e criminosos. Dado que as sanções legais têm uma função também utilitária, a opinião pública sobre as sanções legais pode ser interpretada como uma expressão do sentimento social em relação ao crime e aos criminosos.

Embora seja tentador caracterizar a opinião pública sobre a punição em termos simples (por exemplo, como punitiva, tolerante ou indiferente), a complexidade da punição legal significa que existem inúmeras facetas da opinião pública que requerem atenção. É preciso considerar avaliações normativas de punição, ou a opinião pública sobre quais deveriam ser as punições legais.

2.2 A seriedade de cada crime

Para os cidadãos individuais, um crime grave é uma ofensa que lhes aconteceu. É por isso que as delegacias de polícia de todo o país recebem chamados solicitando respostas a crimes que a polícia pode considerar pouco grave. Embora existam razões para levar a sério cada apelo, existe também a necessidade social e administrativa de pesar a gravidade relativa de cada caso. Caso contrário, não existe princípio para repartir a indignação e a determinação da sociedade em punir, nem há qualquer base para racionar as respostas policiais.

O conceito de crime grave, então, é necessariamente um julgamento social e não apenas individual. Além disso, é um juízo de valor, e não simplesmente uma questão técnica. A questão do que constitui um crime grave é resolvida formalmente pelo código penal, mas o código penal muitas vezes não dá orientações precisas aos operadores da justiça que devem decidir quais os crimes a enfatizar. É preciso enfatizar algum conceito que diferencie os crimes que indignam adequadamente os cidadãos e exigem atenção alargada dos muitos crimes menores que representam ameaças menos urgentes para a sociedade.

Se as pessoas realizarem comparações entre a gravidade de condutas que são tipificadas (ou até mesmo aquelas que não são), elas geralmente irão chegar a conclusões socialmente aceitas e que parecem justas no geral. A maioria concorda, por exemplo, que homicídio é mais grave do que roubo, que roubo é mais grave do que furto, e assim por diante. No entanto, mesmo que essas opiniões derivem de um senso intuitivo de justiça, elas não são

estabelecidas com base em critérios mais rigorosos, que permitam definir soluções em casos mais complicados.

Para se estabelecer tais critérios, é necessário uma abordagem que estipule quais são os aspectos relevantes a serem protegidos e censurados pela sanção penal. Assim, a conduta de alguém que afete negativamente um ou mais desses aspectos pode ser avaliada em termos de gravidade, como por exemplo, o grau de ilicitude do crime, a gravidade dos danos do crime e a incidência do crime.

Então, a visão habitual dos crimes graves enfatiza algumas características específicas, e o mais importante é a violência física, principalmente se ela for exacerbada. A violação sexual ou morte acompanhadas de um alto grau de brutalidade aumenta a gravidade de um crime. Assim, a sociedade geralmente considera os ataques físicos mais graves do que os ataques à propriedade, por exemplo.

Uma segunda característica da gravidade diz respeito à dimensão das perdas da vítima. Um crime que resulte em assassinato ou ferimento permanente e desfigurante é considerado pior do que aquele que produz apenas medos.

Estas características (violência, perdas significativas para as vítimas, predadores violentos) captam muito do que é importante para as imagens sociais e policiais de crimes graves. O apelo intuitivo destes critérios não só reflete-se no que vemos na mídia, mas também ancora a visão da sociedade de que a violência é um predador constante.

Porém, não quero faltar de mencionar que a vitimização criminal está desproporcionalmente concentrada entre a população pobre e preta, pois os homens são historicamente o grupo mais afetado pela violência armada (94% do total das vítimas em 2020) e com forte desigualdade racial (81% deles negros)³. Ainda que saibamos que as famílias negras são vítimas de crimes violentos numa frequência superior à das famílias brancas, e os pobres são mais vitimados do que os ricos, os números provavelmente subestimam as diferenças reais nas perdas (materiais e psicológicas) sofridas pelas vítimas pobres, uma vez que aqueles que são pobres têm menos recursos para lidar com as perdas associadas à vitimização.

Esse fenômeno revela a complexa interseção de fatores relacionados à raça, classe social e localização, cuja compreensão aprofundada é facilitada ao considerarmos a dimensão estrutural do racismo. O racismo é um componente fundamental das desigualdades econômicas, políticas e jurídicas que permeiam a sociedade brasileira. Como argumentado por

³ Violência armada e racismo: o papel da arma de fogo na desigualdade social. Disponível em: https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2022/11/Violencia_armada_e_racismo_edicao_2022.pdf

Quijano (2005), as categorizações raciais desempenharam um papel central na legitimação das relações coloniais, incluindo a escravização de africanos e o processo de emancipação sem reparação ou inclusão social, e estes eventos históricos destacam como o racismo estrutural está enraizado na construção da sociedade brasileira. As hierarquias raciais que surgiram desse processo persistem até os dias atuais, colocando a população negra em uma posição de vulnerabilidade. Eles residem em áreas que frequentemente são afetadas pela violência armada e estão sujeitos a políticas de segurança pública militarizadas e ofensivas, que, com frequência, violam os direitos humanos.

E esta violência racial direcionada à população negra a coloca como a principal vítima da violência e se reflete nos alarmantes índices de mortalidade por causas externas, que são significativamente mais elevados do que os registrados entre pessoas não negras. Mbembe (2018) introduz o conceito de "necropolítica" para examinar as formas contemporâneas de submissão da vida às tecnologias da morte, que são deliberadamente empregadas com o propósito de destruir pessoas e populações inteiras. Esse conceito ajuda a compreender políticas como a de segurança pública aplicada em favelas no Brasil, que expõem de maneira desproporcional a população negra ao risco de morte e extermínio, consolidando-a como alvo do poder estatal que decide sobre a vida e a morte. Além disso, há uma tolerância social perante ações violentas que violam os direitos humanos em espaços marginalizados e estigmatizados como perigosos.

Aqui é relevante salientar que quando um crime ocorre contra uma pessoa negra e pobre, especialmente no contexto do tráfico de drogas, o argumento da psicopatia raramente (para não afirmar que nunca) é invocado. Em vez disso, a maioria das abordagens reflete discriminações profundamente enraizadas, que têm como alvo aqueles que são rotulados como "vagabundos", "bandidos", "traficantes" ou "maconheiros", por exemplo. Essas expressões da violência desafiam os modelos sociais e estatais de controle em uma sociedade democrática de direito.

Nesse contexto, o conceito de "banalidade do mal", cunhado Arendt (1999), pode nos auxiliar na compreensão do que estamos denominando como a "banalidade da violência contra negros". Em uma sociedade profundamente desigual como a brasileira, a violência assume um caráter "comum", tornando-se a norma em vez de uma exceção. Isso se intensifica quando a população seleciona grupos suspeitos ou considerados perigosos com base em critérios como aparência física, cor da pele e local de moradia.

2.3 As narrativas sobre crimes midiáticos

Nas últimas décadas a cobertura de crimes tem aumentado constantemente como resultado dos rápidos avanços da tecnologia, e o aumento desta cobertura levou a utilização do termo "caso midiático" para definir casos sujeitos a uma maior atenção da mídia.

Atualmente, quando o interesse do público é despertado por um caso específico, existem recursos de informação prontamente disponíveis, como a tv e a internet. Esta disponibilidade instantânea é a base da era da informação. Os meios de comunicação social transmitem extensivamente a cobertura pré-julgamento de casos de grande repercussão, tanto que se torna difícil para o público evitar a exposição a tais informações.

Alguns dos tipos mais comuns de informação divulgada publicamente incluem declarações negativas sobre o suspeito que normalmente não deveriam ser consideradas pelo júri no tribunal. Estas declarações incluem regularmente informações sobre prisões anteriores, opiniões de culpa, confissões e informações sobre antecedentes criminais.

Então, quando o público é exposto a uma informação incompleta, factualmente incorreta ou, ainda pior, manipulada propositadamente, o conhecimento adquirido é prejudicial ao sistema judicial. Quando os jurados são selecionados entre o mesmo público que está exposto a tais informações contaminadas, a liberdade do réu e a integridade do tribunal ficam em perigo.

Nem toda a cobertura da mídia é criada da mesma forma, certas histórias afetam pessoas e jurados em potencial de maneiras diferentes. Isto ocorre porque a publicidade pré-julgamento pode ser orientada factualmente ou emocionalmente. A publicidade orientada factualmente é objetiva, relaciona-se com fatos como o inquérito policial, por exemplo.

A publicidade emocional tem um componente mais subjetivo e utiliza informações que podem despertar certos sentimentos nas pessoas, como ouvir que um homicídio foi cometido de uma forma particularmente violenta e brutal. Paula Mendes Lacerda (2015) argumenta que no caso dos "meninos emasculados", as emasculações foram vistas como uma violência extraordinária, e os familiares das vítimas e as mobilizações sempre deixavam claro a impossibilidade de reparação pelo mal causado, e o julgamento exemplar daqueles que foram apontados como culpados era visto como uma possibilidade de diminuir a dor e o sofrimento causados pelos acusados.

O caso dos meninos emasculados de Altamira, pesquisado por Lacerda, foi uma série de crimes ocorridos no município de Altamira, no Pará, que envolveram meninos que foram sequestrados, mutilados e mortos entre 1989 e 1993. Neste caso, nem mesmo o número de

vítimas é consensual, todas as informações são fragmentadas, e a justiça considera que os crimes foram cometidos contra apenas cinco vítimas, mas os ativistas que buscaram atuar no caso incorpora dezoito outros casos aos apresentados no processo judicial.

Na tese referenciada, fica claro que "sentimento de justiça" está relacionado à realização do julgamento, e quando os familiares se referem ao julgamento, ele é visto como motivo de satisfação, ele é considerado uma conquista, pois sem a mobilização, ele jamais ocorreria.

Então, no geral, os meios de comunicação social, não só fornecem informações factuais ao público, mas também se aproveitam das emoções, um efeito que não pode ser quantificado. A intangibilidade dos efeitos emocionais e psicológicos torna quase impossível diminuir completamente os pré-conceitos da sociedade como um todo.

Goffman (2006), ao tratar sobre o "Controle de Informação e Identidade Pessoal", direciona sua análise na pessoa que se torna "desacreditável", situação que surge quando o acusado está no início do processo de estigmatização. À medida que o caso avança e a culpabilidade se torna cada vez mais incontestável, o acusado evolui para o estado que o autor caracteriza como "desacreditado". Nessa fase, a pessoa não possui mais a capacidade de esconder seu estigma, uma vez que a notoriedade do crime pelo qual foi acusada acaba irremediavelmente corroendo sua imagem.

Em sua análise do caso Payakã, Freire (2019) trouxe à luz as representações geradas sobre as populações indígenas no contexto brasileiro, com um foco especial nas utilizações políticas destas representações. O estudo examinou como a imprensa nacional tratou especificamente a acusação de estupro ocorrido em junho de 1992 contra o líder indígena Paulinho Payakã, e revelou como o discurso jornalístico engajou-se na discussão das relações entre as populações indígenas e a sociedade nacional, com o propósito de formar questionamentos sobre as políticas que governam essas relações, e isto resultou na mobilização de opiniões contrárias aos direitos indígenas.

O trabalho, que originou-se de uma dissertação de mestrado defendida em 2001, foi publicado aproximadamente dezoito anos após a sua defesa, e isto constata sua relativa atualidade. Durante esse período, tanto a imprensa quanto o próprio conceito de notícia passaram por transformações significativas, com a ascensão das mídias alternativas e das redes sociais. No entanto, é notável que os mesmos pressupostos equivocados e padrões argumentativos preconceituosos ainda existem no momento de noticiar e debater questões e representações produzidas pela mídia.

E Freire constituiu um exercício analítico cujo ponto de partida foi o interesse nas imagens geradas e disseminadas pelos diversos agentes da sociedade brasileira. Ela

concentrou sua análise na imprensa, uma das instituições sociais de maior influência na criação e disseminação de representações, e isto se deve ao fato de que a imprensa, assim como os meios de comunicação em geral, estabelece um espaço privilegiado de construção e perpetuação da visão sobre uma variedade de temas na sociedade brasileira, sociedade esta caracterizada pela escassez de fontes alternativas de conhecimento que possam oferecer perspectivas contrastantes e elementos de relativização.

Deixo aqui claro novamente que, devido ao princípio da publicidade e o direito à liberdade de imprensa, a divulgação e a comunicação entre as autoridades de justiça e os meios de comunicação social são essenciais. Desde disponibilizar informações ao público sobre um julgamento e educar as massas sobre processos e questões legais, mas deve-se garantir que a informação correta seja transmitida à mídia e que a mesma seja comunicada ao público sem comprometer o interesse das partes envolvidas no julgamento ou expô-los a um escrutínio público excessivo, pois os casos excessivamente cobertos pelos meios de comunicação social com algum viés não só têm o potencial de prejudicar os julgamentos, criando um júri tendencioso, mas também de afectar a privacidade e a reabilitação das pessoas acusadas.

Sánchez-Jankowski (1994) e Van Dijk (1997) postulam que a mídia detém um monopólio na criação de representações dos grupos sociais. O primeiro demonstra como a mídia americana, de modo geral, desempenha um papel fundamental na construção do fenômeno das gangues, enquanto o segundo enfatiza o impacto da imprensa europeia na configuração dos grupos étnicos minoritários. Van Dijk chega a afirmar que uma interpretação alternativa requer um amplo acúmulo de conhecimento, e uma vez que essa informação frequentemente é influenciada pelos meios de comunicação em várias instâncias, e sua contrainterpretação pode se tornar fragmentada e excepcional.⁴

Neste contexto, devido à ampla cobertura dos meios de comunicação e sua presença nas manchetes e primeiras páginas dos principais jornais nacionais por aproximadamente 15 dias, bem como pelo subsequente surgimento de várias mobilizações e debates, a acusação de estupro envolvendo o indígena kayapó Paulinho Payakã e sua esposa Irekrã, em junho de 1992, se revelou um momento significativo para examinar como a imprensa, ao reportar e analisar o caso, ativou certas representações, moldando e reforçando uma variedade de discursos relacionados às comunidades indígenas, ao acusado e à sua integração na sociedade nacional.

⁴ VAN DIJK, Teun A. *Racismo y análisis crítico de los medios*. Barcelona: Paidós, 1997.

Ademais, os termos "liderança", bem como "cacique", aparecem frequentemente no material de imprensa examinado, sendo o último termo mais prevalente, quando se referem a indivíduos indígenas como Payakã, que desempenham um papel de intermediação política entre seus grupos e a sociedade nacional. No entanto, esta referência se tornou um problema, uma vez que presume, por exemplo, que esses indígenas necessariamente detêm alguma forma de poder dentro de seus grupos.

A pesquisa feita por Freire foi baseada em material de imprensa relacionado à acusação contra Payakã, coletado dos principais jornais de circulação nacional, incluindo *O Globo* (OG), *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, e as revistas *Veja* e *IstoÉ*, e o período abrangido pela coleta de dados foi de junho a dezembro de 1992. A escolha específica desses veículos de comunicação se baseou em seu alcance nacional significativo e em sua influência como formadores de opinião, tornando-se fontes informativas importantes para outros meios de comunicação de maior alcance popular, como rádio e televisão.

Assim, o estudo teve como objetivo demonstrar de maneira empírica como o discurso jornalístico abordou, construiu e sensacionalizou a acusação de estupro contra Payakã. Neste contexto, a partir da acusação e de todo o processo de negociação relacionado à prisão do acusado, a mídia investiu progressivamente na criação de consensos em torno da imagem negativa de Payakã. Isso foi alcançado por meio da ativação de estereótipos que associavam o acusado à violência, selvageria e canibalismo.

Também, a imprensa buscou retratar o tratamento recebido pelo acusado pelas diversas instituições envolvidas, como a Funai, o Judiciário, entidades ecológicas, antropólogos e indigenistas, como um privilégio, algo que foi reforçado por representações de riqueza e poder. Por outro lado, o discurso de defesa promovido por aliados institucionais e históricos, como antropólogos, indigenistas e entidades ecológicas, foi desqualificado.

Além disso, o conjunto de representações negativas projetadas em Payakã foi estendido às populações indígenas em geral, insinuando que esse suposto privilégio representava uma ameaça aos interesses coletivos da sociedade nacional, isso teve o propósito de mobilizar a opinião pública contra os direitos especiais dos povos indígenas.

Por conseguinte, a acusação de Payakã pode ser percebida como um momento em que emergem debates e questionamentos sobre as políticas interétnicas no país e os direitos da população de forma mais ampla. Estas discussões não estão vinculadas exclusivamente à acusação, mas ganharam relevância a partir dela. Portanto, a cobertura representa uma unidade significativa na qual se desenvolve um debate no qual vários setores da sociedade são

envolvidos pela imprensa. No entanto, esse envolvimento é seletivo, com alguns sendo convocados e outros excluídos.

Quando a notícia em questão migra das páginas de notícias policiais para as seções de opinião (onde são discutidos temas de interesse público), predominam as vozes de jornalistas, enquanto os discursos de especialistas nas questões têm pouco espaço. O que começa como uma acusação de estupro evolui para uma discussão sobre a relação entre a sociedade e o acusado, culminando no questionamento das políticas que as governam em várias esferas.

Dessa forma, podemos entender o conjunto de informações relacionadas ao "caso Payakã" como uma unidade que pode ser destacada considerando a ideia de "drama social" conforme sugerida por Victor Turner (2008). O autor introduz esse conceito para descrever eventos ou expressões públicas de uma tendência social ao conflito, onde os interesses e as atitudes de grupos e indivíduos em oposição são proeminentemente expostos. Os dramas sociais, assim como outros tipos de unidades processuais, constituem sequências de eventos sociais que, quando vistas por um observador, podem ser apresentadas com uma estrutura. Esta estrutura temporal difere da estrutura atemporal, que abrange estruturas conceituais, cognitivas e sintáticas, pois é principalmente organizada pelas relações no tempo, em vez de no espaço. E para o referido autor, o conflito "parece fazer com que os aspectos fundamentais da sociedade, normalmente encobertos pelos costumes e hábitos do trato diário, ganhem uma assustadora proeminência." (TURNER, 2008, p. 31).

Essa concepção parece ser menos adequada para uma aplicação estritamente formal, em vez disso, oferece ferramentas para abordar a acusação como um evento emblemático. Nesse contexto, ela representa uma situação em que os interesses conflitantes de grupos e indivíduos sociais encontram uma oportunidade para promover e proteger seus próprios paradigmas, muitas vezes às custas dos paradigmas dos outros. A acusação em questão pode ser compreendida como uma situação de conflito revelador, na qual as pessoas têm a oportunidade de expor suas estratégias, posições e afiliações sociais de forma explícita.

2.4 Eventos críticos e a luta por justiça

Das (1996) argumenta que os chamados "eventos críticos" marcam uma distinção entre o "antes" e o "depois", e transformam sua visão de mundo de uma forma que você enxerga que o "pior" não é apenas uma possibilidade, mas sim algo previsível. E Lacerda (2015) mostrou ao longo de sua tese que os "crimes de emasculação" em Altamira foram vividos pelos familiares das vítimas e pela mobilização nos termos de um "evento crítico".

Nesse viés, a população, famílias de vítimas e ativistas se veem como o elo mais fraco da situação quando um crime violento ocorre, logo, é preciso lutar por justiça. A necessidade de receber apoio torna dever do Estado, cumprir o que é considerado direito da população. Logo, esta "luta por justiça" constrói casos de crimes emblemáticos, pois todos estes sujeitos intimam o "Estado" a se posicionar diante das circunstâncias relacionadas à violência praticada em vítimas, negligência policial, contexto de violência que a população está inserida, entre outros fatores que possam influenciar um crime.

Então, as pessoas, ao viverem momentos de angústia diante de diferentes narrativas acerca de determinados crimes, podem perceber-se como vítimas de uma injustiça. E Lacerda (2015) aponta que este trabalho de transformar em "problema" o que parecia não ser enxergado como tal configura-se como uma estratégia recorrente de "conscientização", e, a partir disso, a "luta por justiça" se transforma em um dever dos vivos para com os mortos.

Em Altamira, a mobilização se enxerga como um fator crucial na missão de interromper os crimes, e na visão dos familiares das vítimas, os criminosos viam momentos de "desmobilização" como a oportunidade de seguir praticando esses crimes. Como consequência disso, esta mobilização se tornou a única resposta, pois o que faz a luta por justiça parecer válida, é a sensação de que "algo está sendo feito".

Na busca por justiça, aqueles envolvidos na mobilização se viam como agentes cruciais na tarefa de interromper o ciclo brutal de violência. De acordo com os recursos disponíveis, eles desenvolveram estratégias de ação moldadas como um empreendimento político. Conforme Boltanski (1984) destaca, a ênfase dada às causas coletivas em detrimento de problemas individuais é o fator mais significativo na criação de uma denúncia com chances de ser aceita. Uma denúncia que carece de significado tem pouca probabilidade de ser acolhida, pois se concentra em questões que não são apropriadas para ganhar atenção e repercussão.

Por isso a mobilização assume uma importância crucial aqui, pois representa uma resposta clara aos supostos "criminosos", afirmando que eles não seriam silenciados e que o Estado não permitiria que os crimes ficassem impunes. As mobilizações, nesse contexto, serviam a um duplo propósito: tornar-se visíveis aos "poderosos" e às "autoridades". No que diz respeito a esta última, os protestos transmitiam a mensagem de que estavam vigilantes em relação ao progresso do "caso". Se, inicialmente, os crimes haviam gerado pânico na população, as mobilizações permitiam às pessoas mostrarem seus rostos e deixarem claro que não ficariam passivas diante daquela "matança".

Através dos discursos e das ações que compõem os rituais, podemos compreender a violência no contexto dos afetos, sentimentos, empatia e humanidade. Nesse sentido, a

violência apresenta duas facetas distintas e complementares. Em primeiro lugar, há o seu caráter individual, pois cada experiência é única, envolvendo um corpo específico, uma subjetividade particular, um indivíduo, uma pessoa. Por outro lado, a violência evoca uma gama de sentimentos (desprezo, invasão, humilhação, desumanização) que estão conectados às experiências vividas pelo espectador, tornando-se assim capazes de despertar empatia e proximidade.

As vítimas de violência, seus familiares e outros indivíduos que se unem à "luta por justiça" encontram na "coletivização" uma resposta tanto para suas buscas por justiça quanto como uma maneira de mitigar sua própria dor. Ao fazer isso, eles mobilizam e sensibilizam pessoas com seus casos, mesmo que essas pessoas não tenham necessariamente vivido uma experiência semelhante. A expectativa aqui é que essas pessoas possam compreender sua causa, pois embora as experiências sejam únicas e individuais, elas criam um contexto emocional mais amplo que possibilita a comunicação e a conexão.

Esse processo de "coletivização", que os familiares das vítimas consideram fundamental para que possam "reconstruir suas vidas" após os crimes, ao mesmo tempo em que transforma os crimes em "partes de um caso", tende a obscurecer certos detalhes das vítimas e das mortes. Conforme observado por Saunders (2008), ao contextualizar experiências de sofrimento dentro de um cenário mais abrangente onde outros corpos e vidas também foram afetados, ocorre um processo de apagamento de detalhes importantes.

Inicialmente, o envolvimento com uma "causa" que surge a partir da perda de alguém pode parecer uma atividade que dificulta a "superação" do que os próprios indivíduos descrevem como "o pior momento de suas vidas". Ao entrevistar os familiares dos meninos que foram de forma tão brutalmente "emasculados", Lacerda relata que eles compartilham como suas identidades foram profundamente transformadas após a perda de seus filhos. Esse foi o momento em que "tudo mudou", criando uma diferença marcante entre o "antes" e o "depois", e representando um ponto de virada em que eles "nunca mais foram os mesmos". Portanto, os assassinatos foram vivenciados como um evento crítico.

Além disso, neste caso, as vítimas foram significadas como crianças, termo que remete à inocência, isto traz um sentido moral maior, e as pessoas passam a compreender o crime como mais violento. Os crimes cometidos contra esses "inocentes" tornam-se, portanto, mais graves do que o usual, devido à sua condição especial de "humanidade", conforme definida por Fonseca (2005).

Também, a "emasculação" foi considerada uma brutalidade extrema e desnecessária, e representou uma faceta desumana dos crimes, logo, só era possível que os assassinos fossem

"pessoas frias", "cruéis" e "doentes", pois só alguém assim seria capaz de cometer tamanha atrocidade.

Esta necessidade de rotular assassinos, como no caso de Altamira por exemplo, é interessante, parece que tudo precisa de uma explicação. Ser curioso e buscar respostas é uma característica humana, e isso tem um custo, porque a maioria das pessoas se sente desconfortável não sabendo a explicação para algo ter acontecido. Quando não há respostas para questões que trazem medo, ou quando as respostas não combinam com as crenças existentes, as pessoas acabam usando a sua própria imaginação para "preencher as lacunas". Baseiam-se em informações já existentes para formular novas possibilidades ou respostas através de teorias, especulações e até mesmo histórias ou mentiras inventadas.

E, ao surgir o argumento da psicopatia, pode ser que as percepções da "maldade" frequentemente associadas aos psicopatas podem levar as pessoas a lutar por justiça mais avidamente, e quererem uma punição mais severa para o assassino, talvez pela brutalidade crime já cometido, talvez pelo medo de perigo futuro.

3 O CRIMINOSO E A PSICOPATIA

3.1 A construção do personagem dos criminosos

Voltando à ideia de Freire (2012) acerca da acusação contra Payakã em junho de 1992, que analisou e investigou as estratégias de argumentação empregadas pelos discursos jornalísticos, e atestou utilização de estereótipos, vemos que isso foi feito para dar vivacidade e sensacionalismo à narrativa que imputava Payakã à prática do crime, e esta narrativa foi tratada com parcialidade a todo tempo.

A representação que evolui dentro da dicotomia simplista entre o "bom" e o "mau", pessoas que anteriormente eram classificadas como "tranquilas" ou que "nunca fizeram mau a ninguém", passam a ser retratadas como monstros.

No caso de Payakã ainda existia o aditivo do preconceito com indígenas, que nos dias de hoje ainda persiste⁵, e na época, baseado na premissa do estupro, solidificou uma representação negativa do acusado e iniciou-se um processo gradual de transmissão desta imagem negativa para os Kayapó (seu povo). Então, aqui neste caso específico, não houve rotulações apenas sobre o acusado, mas também sobre seu povo. Os indígenas foram retratados como "violentos", com implicações políticas associadas a esse comportamento.

Durante o processo criminal, lançou-se a ideia de que o grupo era "arrogante", insinuando uma postura de "desobediência civil" ao supostamente se recusar a cumprir as leis do Estado brasileiro. Na esfera das opiniões, eles são caracterizados como beneficiários de uma legislação que os protege e de um Estado vacilante que cede às pressões de organizações internacionais e seus aliados locais, supostamente em detrimento da sociedade brasileira.

No quesito imprensa, é possível ver uma uniformidade na parte informativa dos jornais. Sob a suposição de um contrato de autenticidade, o gênero discursivo da informação é meticulosamente elaborado para estabelecer a credibilidade. O gênero opinativo revela uma diversidade de abordagens que não apenas busca a afinidade do leitor, mas também procura que suas intenções no discurso sejam prontamente identificadas e aceitas. Nas peças opinativas, a voz dos "especialistas" é empregada como uma estratégia para estabelecer legitimidade, alinhando-se com a orientação editorial de cada fonte e a expertise dos autores.

⁵ Mulheres indígenas denunciam preconceito, sequestro e violência sexual contra crianças e adolescentes. Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/954625-mulheres-indigenas-denunciam-preconceito-sequestro-e-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes/>>. Acesso em 28 de setembro de 2023.

Geralmente um assassino ganha notoriedade devido às tentativas da mídia de sensacionalizar a história do suposto crime cometido para ganhar leitores. Mas sempre há público para o que é macabro e incomum, então há pouca ou nenhuma necessidade de exagerar quando se trata de falar sobre criminosos, mas ainda assim isto é feito para criar uma imagem do assassino que possa ser mais vendida.

E nos debates sobre pessoas que cometeram crimes estão repletos de epítetos⁶, chamamos as pessoas de "psicopatas", "criminosos", "condenados", "infratores", "bandidos", "delinquentes", entre outros.

E por que tantos epítetos são utilizados nessa área? Um dos motivos é que pode ser útil. Estes rótulos punitivos identificam e estigmatizam publicamente as transgressões. A sua utilidade é óbvia, tal como a sua brutalidade. Presumir que alguém que descumpriu alguma lei uma vez representa um perigo contínuo é muitas vezes uma estratégia de sobrevivência mais segura do que dar a alguém o benefício da dúvida.

Outra razão pela qual os epítetos podem ser justificados, é que qualquer pessoa que tenha cometido um crime é responsável pelo que fez, ou seja, o argumento é que as pessoas que cometem crimes são culpáveis, culpadas e passíveis de punição, por isso não lhes fazemos injustiça quando as classificamos de acordo com o crime que foi cometido.

Acredito que seja um pensamento equivocado, pois as pessoas nem sempre são culpadas, e muitas vezes as pessoas culpadas nem sempre são criminalmente responsáveis. Claro que existem as pessoas que são ao mesmo tempo culpadas e responsáveis, mas a rotulação vai além disso, pois estes termos identificam alguém que agiu de forma errada.

Às vezes é perfeitamente permitido infringir a lei, as mulheres que viviam no Afeganistão sob o regime talibã rebelam-se contra a lei ao procurar educação, andar de bicicleta, usar maquiagem ou dirigir um carro. E além disso, às vezes, cometer crimes, não é apenas permitido, mas também aceitável, pois Martin Luther King Jr e Nelson Mandela cometeram crimes com razão, e muitos de nós consideraríamos as suas ações louváveis.

E a mídia recorrer à hipérbole e ao exagero para apresentar assassinos como psicopatas ou monstros sobrenaturais é feito para atrair o público, e os meios de comunicação confundem a distinção entre realidade e ficção e obscurecem a verdade sobre os homicídios quando transformam os assassinos em superpredadores estilizados e de desenho animado.

Em outras palavras, a retórica jornalística exagerada pode ser boa para os resultados financeiros dos meios de comunicação social, mas dessensibiliza a sociedade para a realidade

⁶ Epíteto significa uma palavra ou expressão que se associa a um nome ou pronome para qualificá-lo.

dos homicídios. Além disso, pode servir aos assassinos que querem atenção exatamente o que eles desejam, um holofote brilhante no cenário público.

Algumas pessoas não são apenas assassinos, eles são nomes familiares. Alexandre Nardoni, goleiro Bruno, Suzane von Richthofen, Lindemberg Alves, Guilherme de Pádua, entre outros, são alguns cujas histórias ficaram tão famosas que o brasileiro provavelmente consegue nomear mais assassinos do que presidentes da república.

Casos emblemáticos são um elemento muito real da criminalidade brasileira e, como acontece com qualquer elemento da sociedade, são representados nos meios de entretenimento. E as subculturas que idolatram e mercantilizam os crimes de assassinos violentos podem transformar uma curiosidade benigna em obsessão cancerígena.

3.2 O argumento da psicopatia

Para falar sobre esta situação, precisamos voltar ao que foi dito anteriormente sobre tudo precisar de uma explicação e explorar mais este tema. "Assassino" não é um diagnóstico, não é um transtorno, uma deficiência cognitiva ou qualquer outro tipo de esclarecimento sobre determinada pessoa.

Muitas pessoas costumam se referir a assassinos (principalmente os violentos) como psicopatas ou "monstros", isto seria para explicar o crime ou existe um medo do que pode estar implícito se as pessoas admitissem que estes "monstros" são pessoas tão humanas quanto o resto de nós?

Acho que queremos acreditar, como espécie, que tal comportamento é inerentemente mau e, portanto, aqueles que se envolvem neste comportamento são objetivamente maus. Qualquer tentativa de compreender tal mal pode implicar que você concorda com ele.

De todas as formas de vida que evoluíram até ao seu estado atual neste planeta que partilhamos, é geralmente melhor, tendo em conta todas as características de vida associadas, existir na categoria que conhecemos como humanidade. Este é um desenvolvimento que devemos muito à nossa decisão de criar "sociedades" há muito tempo atrás. As sociedades permitiram-nos reunir recursos numa escala imensa, uns com os outros, e literalmente mudar o planeta para melhor, e por vezes pior.

Mas há retrocessos. A natureza, em virtude de sua própria natureza, não pode ser absolutamente perfeita numa escala individual. A crueldade casual e o impulso, ou compulsão, de destruir a vida pelo simples prazer que dela possam derivar, sem nenhum outro benefício possível.

Porém, com poucas exceções, os assassinos não são pessoas excepcionais de forma alguma, eles não "nasceram maus" ou "são psicopatas" ou algo assim. Eram pessoas que simplesmente fizeram escolhas extremas. Agora, é claro, alguns deles fizeram estas escolhas sob extrema pressão ou em resposta a incentivos perfeitamente compreensíveis. A capacidade de ser virtuoso apenas quando a virtude não é testada é totalmente normal.

É como se tais rótulos refletissem o fato de que, pelas suas ações, tais pessoas perderam os seus laços de parentesco com os seus semelhantes. E é por eles serem tão humanos quanto o resto de nós que é tão horrível e vil quando eles escolhem, em vez disso, ser monstros.

As explicações, rotulações e argumentos sobre a personalidade de criminosos muitas vezes são respostas bem emocionais aos crimes. Nem tudo se trata de "doenças" que tornam uma pessoa homicida ou algo assim, e também não se trata de simplesmente usar a linguagem para distanciar-se moralmente das pessoas "más", pode tratar-se de esconder da verdade que qualquer um de nós pode ser o próximo grande mal no mundo, dadas as circunstâncias e motivações certas (ou erradas, depende da interpretação).

Certamente há algumas pessoas que podem parecer más desde cedo, devido ao seu comportamento, mas, ao mesmo tempo, uma pessoa pode tornar-se muito pior dependendo das condições que está inserida.

Muitas pessoas foram forçadas a lidar com vários agressores, fome, angústia emocional, etc., até que um dia alguns finalmente explodem. Temos poucas outras opções além de "lutar" ou "continuar a aguentar", pois muitas coisas em nossa sociedade são psicopáticas.

Nosso mundo parece exigir pequenos males para funcionar, as mentiras que contamos a nós mesmos e aos nossos amigos e familiares, construindo um mundo ilusório de banalidades gentis. A maneira como ignoramos os necessitados e exigimos que outros cuidem deles. A maneira como temos que trabalhar em empregos para viver e fazer amizades para não nos sentirmos solitários.

Entre 1970 e 1982, Michel Foucault assumiu a Cátedra de História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France, e durante esse período, uma série de suas aulas deu origem ao livro "Os Anormais" (1974). Nessa obra, ele abordou a anormalidade de uma perspectiva genealógica, analisando como a concepção de monstro evoluiu ao longo do tempo. De acordo com o autor, cada época tem seus próprios monstros, moldados pelas crenças e valores vigentes naquela era. Com o passar do tempo, ele argumenta que a monstruosidade passou a ser associada frequentemente à criminalidade (FOUCAULT, 2001), ou seja, tornou-se comum descrever aqueles que cometem crimes brutais como monstros.

Então, o "monstro" é uma pessoa cujas práticas, comportamento e estilo de vida são amplamente repudiados pela sociedade, evocando sentimentos de temor e aversão. Cada cultura cria suas próprias figuras monstruosas, que gradualmente se enraízam na imaginação das pessoas à medida que são legitimadas ao longo do tempo, conforme descrito por Lui (2013).

Ao longo da história, muitos grupos têm sido perseguidos e considerados monstros em suas respectivas comunidades, incluindo judeus, bruxas, homossexuais e comunistas, especialmente durante a Idade Média. O conceito de monstro tem evoluído ao longo dos séculos, e hoje em dia, os "monstros" na sociedade moderna são frequentemente identificados como criminosos e, como indicado pela pesquisa de Lui (2013), em particular, os usuários de drogas, especialmente aqueles que fazem o uso de crack.

A transição de paradigma em relação à figura do monstro para o criminoso cruel teve início no período de transição do século XVIII para o XIX, com o surgimento da concepção de criminoso nato. Essa perspectiva afirmava que certos indivíduos tinham predisposições biológicas para atividades criminosas desde o momento de seu nascimento, sendo necessário identificá-los e tratá-los como anomalias ou pessoas doentes.

No Brasil, em 5 de abril de 2023, quatro crianças foram mortas e cinco ficaram feridas por ataque de machadinha em ataque à creche "Cantinho Bom Pastor" em Blumenau, e logo em seguida o homem responsável pelo crime se entregou à polícia e foi preso.

O fato não só provocou indignação, mas também suscitou uma série de perguntas a respeito das motivações que levaram o assassino a cometer esse ato. E muitos indivíduos, na tentativa de compreender o ocorrido, classificou o perpetrador como psicopata. Uma destas pessoas foi Edina Esmeraldino, que é natural da cidade onde ocorreu o crime, e afirma ser doutora em psicanálise clínica.

Em uma entrevista à imprensa⁷, realizada em frente à creche onde o atentado ocorreu, Edina, sob o pretexto de "analisar" o responsável, ressuscitou teorias racistas pseudo-científicas, e afirmou que é possível identificar psicopatas "apenas pelo formato do corpo", e acrescentou que o assassino em questão não possuía esta morfologia corporal esperada. "Nós fazemos essa análise pela foto. Eu não preciso conversar com a pessoa", explicou Edina. "Pelo formato do corpo você consegue analisar e saber se essa pessoa tem tendência a ser um psicopata ou não".

⁷ Isuperio. R*cismo Científico ft. Edina Esmeraldino. 11 de abril de 2023. Instagram: @isuperio. Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/Cq5Sml3gUbd/>>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

No século XIX começa-se a se transicionar o paradigma da criminologia da escola chamada "clássica" para a escola "positivista", a escola "clássica" estabelecia bases legais, isto é, todas as pessoas possuem livre arbítrio, e para o Estado interferir neste livre arbítrio, ele precisa de uma base legal sólida, ou seja, precisa ser fundamentado legalmente. A escola "positivista" rompe com a idéia de que o critério é só legal e desenvolve uma perspectiva determinista, ou seja, a criminologia se transforma em ciência nesta época⁸.

Ou seja, houve uma transição de um paradigma metafísico para um paradigma naturalista, unindo um discurso médico com um discurso jurídico, tirando foco do crime em si, e levando o foco para o criminoso. E com a morfologia do criminoso sendo o foco do estudo, o crime passa a ser visto como um ato individual.

A escola mais influente no Brasil, segundo Alvarez (2002), foi a italiana, porque ela unia a ideia de criminalidade com a ideia de degeneração. Na tese de Lombroso (1871) em "O Homem Delinquente", existiam diferentes espécies humanas e elas estavam em diferentes processos evolutivos, ou seja, ele classificava as espécies humanas de acordo com a "moralidade" e a "propensão" à criminalidade. Por exemplo, o autor classificou adultos de grupos inferiores igualmente a crianças de grupos superiores, pois a criança tinha uma fraqueza moral, não tinha noção do que era certo ou errado; e adultos em uma etapa evolutiva inferior da humanidade, pensavam como estas crianças.

Lombroso "provou" isso, segundo ele próprio, chamando isso de "estigmas atávicos", que significa "marcas" transmitidas hereditariamente, ou seja, os indivíduos estavam "propensos" a serem criminosos por características passadas de pai para filho.

A partir disso, surgiu a tese do criminoso "nato", e um dos métodos que não foi inventado por Lombroso, mas foi muito utilizado por ele, foi a Frenologia, que foi inventada no século XVIII⁹. A frenologia basicamente estuda o formato do crânio e da cabeça, pois o formato do crânio é resultado do formato do cérebro, onde o formato do cérebro poderia causar diferenças nos formatos das cabeças e a partir disso, consegue-se traçar características mentais através destes formatos¹⁰.

Aqui vale ressaltar que, sem surpresas, estes estigmas atávicos do criminoso nato, eram marcas de pessoas não-brancas, eram características principalmente de pessoas pretas, pois ele

⁸ FERNANDES, Newton. FERNANDES, Valter. *Criminologia integrada*. 3. ed. rev. atual. ampl.- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

⁹ MACEDO, Cristian C.Q.. *A influência da frenologia no Instituto Histórico de Paris: raça e história durante a Monarquia de Julho (1830-1848)*. Humanidades em Diálogo (Impresso) , v. VII, p. 127-145, 2016.

¹⁰ MACEDO, Cristian C.Q.. *A influência da frenologia no Instituto Histórico de Paris: raça e história durante a Monarquia de Julho (1830-1848)*. Humanidades em Diálogo (Impresso) , v. VII, p. 127-145, 2016.

chega a falar de pele escura e cabelo crespo. Lombroso fez quatrocentas autópsias e seiscentas análises de supostos criminosos e comprovou o que foi tido como verdade na época.

E o mais surpreendente, é que ao longo da história, ao nunca conseguir provar nenhuma de suas teses, Lombroso começou a mudar seu discurso, falando que na verdade nem sempre é dessa maneira que as pessoas são identificadas como criminosos e que a sociedade também influencia nos comportamentos.

A teoria do autor naturalizava desigualdades sociais e desvinculava totalmente a criminalidade do contexto social ao dizer que era algo "nato", e obviamente, estigmatizava pessoas pobres e pessoas que não eram brancas.

E já que a elite brasileira tem o hábito de importar tudo que há de pior na Europa, Lombroso, mesmo sendo denunciado como charlatão (pois no final do século XIX, ficou claro que não existiam bases científicas para a frenologia e ela se transformou em mais um tipo de charlatanismo para cientistas que a questionavam), foi muito influente no Brasil, e uma das pessoas que herda em parte o pensamento dele é o Raimundo Nina Rodrigues, que foi um dos pensadores da criminologia brasileira, e sua idéia é que existia responsabilidades diferentes para diferentes raças, pois estas não eram iguais¹¹.

E para Nina Rodrigues (1984), a medição do crânio era importante para Medicina Legal, ou seja, medicina jurídica, para se chegar na conclusão da criminologia brasileira. E ele fala mais explicitamente que Lombroso que negros são mais propensos a cometer crimes, além de ter tese que diz que não deveria existir julgamento igual para brancos e negros, uma vez que os negros eram mais irresponsáveis e não seriam capazes de julgar as próprias ações.

E como mencionado anteriormente, essas teorias foram mencionadas no ano de 2023 para justificar o assassinato de crianças e uma creche, o que mostra que o racismo ainda está muito vivo no Brasil contemporâneo e ficou profundamente imbuído nas nossas políticas públicas.

Ainda no século XIX, à medida que a ideia de monstruosidade deixou de estar ligada ao domínio jurídico-penal e passou a ser associada à conduta, surgiu o conceito de "monstro moral". Nesse contexto, começou a surgir a suspeita de que traços de monstruosidade poderiam estar subjacentes a qualquer ato criminoso, conforme sugerido pelo autor: "Todo criminoso poderia muito bem ser, afinal de contas, um monstro, do mesmo modo que outrora o monstro tinha uma boa probabilidade de ser criminoso." (FOUCAULT, 2001, p. 101).

¹¹ Franzen Rodrigues, Marcela. *Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX* Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 15, núm. 3, 2015, pp. 1119-1135.

O autor argumenta que a "monstruosidade" só se manifesta quando perturba a ordem da lei natural, afetando, desafiando ou perturbando os princípios legais, sejam eles do direito civil, canônico ou religioso (FOUCAULT, 2001). O conceito de "monstro moral" está intrinsecamente ligado à "nova economia do crime", na qual o foco não está mais na punição do ato criminoso em si, mas sim no criminoso. O autor compara essa nova abordagem com o Antigo Regime, onde bastava não demonstrar insanidade mental para evitar a punição. Agora, é necessário explicitamente estabelecer a racionalidade por trás do crime. Nesse novo contexto de vigilância e controle, o conceito-chave é o "interesse", utilizado para determinar a coerência interna do crime, tornando-o compreensível e, conseqüentemente, sujeito a penalidades. Em outras palavras, se for provado que o criminoso estava consciente de seus atos e que agiu por interesse próprio, ele será punido de acordo com sua responsabilidade.

No século XIX, surge ainda a ideia de "instinto", que pode direcionar indivíduos para cometerem crimes além da esfera da loucura. Isso implica que o crime deixa de ser considerado um problema apenas de pessoas mentalmente perturbadas e passa a ser encarado como um desafio relacionado ao conceito de "anormalidade" (FOUCAULT, 2001).

E não é raro ver criminosos sendo frequentemente associados a monstros e psicopatas, tanto pela sociedade quanto pela mídia. Esses comentários têm sua origem em um sentimento de aversão e temor, que são dois fatores cruciais que alimentam o fascínio. Conforme observado por Lui (2013), a representação do monstro é, de fato, um estigma que pode ser entendido como resultado da complexa interação entre ética, moral e religião. Isso revela uma discrepância entre as normas do direito civil e as crenças religiosas, criando uma situação desconfortável e, ao mesmo tempo, amedrontadora para outros grupos sociais.

Sobre o caso de Suzane von Richthofen, que assassinou os pais, Luciano Trigo, colunista do Jornal *O Globo*, publicou um artigo menos de um mês após o crime, intitulado "Como nascem os monstros", e em seu texto, ele afirma que Suzane é "o assunto", "o monstro". "a exceção", "o caso isolado" e "incompreensível"¹².

Portanto, a reprodução do estigma associado ao monstro é, de fato, uma tarefa do jornalismo no cumprimento de seu papel como guardião e influenciador da cultura midiática, como destacado por Roland Barthes (1971). Esse processo pode ocorrer tanto de maneira indireta, como ocorre em reportagens, quanto de forma direta, como no caso mencionado, em que Suzane foi explicitamente descrita como um monstro. Ao enfatizar essa perspectiva, os

¹² Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/acervo/?tipoConteudo=pagina&pagina=&ordenacaoData=relevancia&allwords=>>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

meios de comunicação contribuem para manter intactos os valores culturais das camadas mais privilegiadas da sociedade, o que, por sua vez, reforça a hegemonia de classes. Quando Trigo expressou sua opinião, ele estava conscientemente reproduzindo o que é amplamente aceito por uma parte significativa da sociedade.

Além disso, ainda no caso Richthofen, todos os envolvidos (Suzane e os irmãos Cravinhos) transgrediram profundamente vários princípios éticos, no entanto, um deles cometeu um crime que se destacou em sua perversidade em relação aos demais, que foi o parricídio. Uma pessoa que comete homicídio pode ser caracterizada como um monstro, mas assassinar os próprios pais representa um nível de crueldade ainda mais extremo, considerado crítico e aparentemente sem sentido.

No caso dos "meninos emasculados", Lacerda (2015) atesta que para os familiares das vítimas, encontrar evidências que as vítimas possivelmente teriam sido mortas como parte de um "ritual de magia negra" foi importante no processo porque finalmente tinham algo que "fazia sentido", já que trazia um motivo para os acontecimentos e explicava as circunstâncias de algo que anteriormente parecia inexplicável.

E nessa linha, de acordo com as análises de Montero (1958), o "sobrenatural" oferece a chance de estabelecer conexões entre elementos que normalmente seriam dissociados pelas correntes dominantes do conhecimento, como é o caso da medicina. Segundo suas observações, a religião umbanda desempenha o papel de acolher e conferir significado aos relatos de situações aparentemente diversas que possuem uma mesma origem, tal como "jogar uma praga" ou "fazer um trabalho", que, no contexto de um consultório médico, estas situações seriam fragmentadas em privilégio daquilo que seria de responsabilidade da medicina. Ou seja, as ligações entre os eventos não encontram lugar na lógica tradicional do atendimento médico, exigindo, assim, buscar entendimento por meio de um sistema alternativo.

Então, vejo que o argumento da psicopatia em crimes emblemáticos surge quando há inexistência de uma explicação lógica para o acontecido, um modo de encontrar a inteligibilidade no inexplicável. Conforme Segato (2005), buscar entender os homicídios de mulheres não como atos desprovidos de significado, mas como formas de comunicação codificada, requer a renúncia a um sistema de explicação convencional e a adoção de uma abordagem distinta, da qual pessoas não envolvidas em crimes frequentemente se afastam.

Assim, interpretar a violência extrema, excessiva ou desnecessária como resultado de insanidade, "magia negra" ou algum código de comunicação entre indivíduos que querem fazer o mal, representa uma abordagem alternativa para expressar a incompreensão. Em

algum sentido, o interesse maior em torno desses crimes emblemáticos revela mais sobre aqueles que não cometem os crimes do que sobre os do que sobre os supostos perpetradores.

Atos que possuem extrema brutalidade, principalmente se for descabido, faz parecer que a única explicação que pode ser acionada é a doença, a da irracionalidade. Lacerda (2015) revela que na grande maioria dos depoimentos dos familiares dos meninos emasculados de Altamira, eles entendiam que era a "barbaridade" dos crimes que faziam deles atos inexplicáveis. Neste caso em específico, o culpado, ou os culpados, quem quer que fosse, não parecia ter motivo para cometer atos tão violentos contra aquelas vítimas, portanto, apesar de todas as características negativas associadas aos supostos culpados, nenhuma delas consegue explicar por que os crimes ocorreram.

Sugerir que crimes possam ter ocorridos no contexto do criminoso ser um psicopata implica associá-los à falta de racionalidade e, portanto, à ausência de um esclarecimento. Além disso, levantar esta hipótese como causa de mortes ou motivo que levou alguém a cometer determinado crime pode ser uma solução excessivamente simplista, ou seja, evita a busca por explicações mais fundamentadas.

Em Altamira, Lacerda (2015) revela que houve muitos comentários afirmando que a hipótese de "magia negra" seria uma uma explicação muito básica para os crimes, que isentava a procura por explicações mais concretas (na época, surgiram boatos sobre a possível existência de um comércio internacional de órgãos genitais de menores para experimentos de reimplante, e esses rumores se espalharam amplamente. No entanto, é importante destacar que a investigação policial nunca conduziu suas apurações nessa direção).

3.3 A falsa dicotomia entre crimes violentos e crimes não violentos

Insistir na ideia de que as pessoas na prisão podem ter acesso à reabilitação geralmente é acompanhada pela advertência de que o seu crime não pode ter sido violento. Esta distinção arbitrária entre o violento e o não-violento pode ser perigosa, equivocada e em alguns casos, até racista, e ela persiste entre algumas esferas do público e entre alguns governantes eleitos.

O medo generalizado do crime domina o discurso político e atravessou gerações, fazendo com que muitos caíssem na retórica de "trancar as pessoas e jogar a chave fora". E isto gera um abandono imprudente daqueles que recebem penas restritivas de liberdade.

Assumindo que é necessário algum "sacrifício" para o avanço na reforma jurídica criminal, a distinção entre violento e não violento pode ser culpa do progressismo, visto que apresentar a pessoa considerada "ideal" (o criminoso não violento), digna da decência humana

básica, na esperança de superar o mito do "superpredador" que molda elaboração de políticas públicas.

Assim, a cada nova oportunidade de reforma do sistema para indivíduos encarcerados e anteriormente encarcerados, as organizações de defesa precisam lidar com quantas pessoas poderiam aceitar deixar para trás. E esta narrativa problemática foi tão normalizada que existem muitas pessoas que acreditam que é óbvio que criminosos violentos não merecem a mesma programação ou o dinheiro dos contribuintes.

A linha tênue entre crimes violentos e não violentos tem sido um convite aberto ao preconceito racial por parte das autoridades policiais e do sistema de justiça criminal. Os legisladores e o público são mais propensos a tratar os crimes como "violentos" quando são cometidos por negros. Já que em 2022, o sistema penitenciário brasileiro testemunhou um marco histórico, pois atingiu o nível mais elevado desde o início da série histórica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2005. De acordo com o anuário publicado pela entidade em 20 de julho de 2023, o número de indivíduos negros apenados no país chegou a 442.033, representando impressionantes 68,2% do total da população carcerária, marcando assim o mais alto percentual já registrado¹³.

Existem dois custos terríveis na simplificação excessiva da violência, a primeira é que acabamos por demonizar uma categoria de pessoas que são definidas em grande parte de forma arbitrária e, inevitavelmente, em grande parte pela raça. O segundo custo, igualmente prejudicial, é acabar ignorando a violência que não se enquadra nos nossos preconceitos.

A violência policial é um exemplo disso: muitas vezes nem é chamada de "violência", mas sim de "uso da força" ou "resposta à resistência". Da mesma forma, a violência entre parceiros é muitas vezes ignorada ou desculpada até se agravar fatalmente, porque até então os perpetradores parecem "normais", pois eles não correspondem à nossa imagem de criminoso violento. As agressões nas prisões também são frequentemente excluídas das discussões sobre crimes violentos, e aqui o problema é que a vítima não se enquadra no que temos em mente quando falamos de violência ilegal, e em muitos países, as agressões dos pais aos filhos são legais, a menos que haja perigo de ferimentos físicos graves ou morte.

É tentador, e muito fácil, evitar o problema dividindo os arguidos em dois grupos: os que merecem simpatia e os que estão fora de questão. O problema é que essas não são duas

¹³ BRANDÃO, Juliana. LAGRECA, Amanda. *O delito de ser negro – atravessamentos do racismo estrutural no sistema prisional brasileiro*. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 308-319, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

categorias distintas, no mundo real as pessoas são mais complicadas do que isso, e a distinção entre crimes violentos e não violentos, como qualquer outra divisão acentuada, não consegue resolver os desafios fundamentais do direito penal, apenas os reafirma e, muitas vezes, os disfarça.

3.4 As decisões jurídicas de casos emblemáticos em meio ao sensacionalismo midiático

Como já mencionado anteriormente, uma situação tumultuada de notícias, onde o mundo parece encolher e o público geral extrai informações, avalia os eventos e condena os responsáveis sem permitir que estes se defendam e sem analisar detalhadamente os aspectos técnicos e metodológicos do crime, surgem indivíduos assumindo papéis de advogados, promotores, juízes e peritos. Eles influenciam as garantias constitucionais e os procedimentos legais, frequentemente antecipando a condenação do acusado sem o devido suporte jurídico.

E a situação torna-se ainda mais complicada quando a Constituição Brasileira confere a competência para julgar crimes a júris populares, compostos frequentemente por pessoas leigas, sem conhecimento jurídico e suscetíveis à influência das informações veiculadas pela mídia. Isso resulta na formação de opiniões distorcidas sobre o ocorrido.

Já é sabido que a mídia, ao adotar uma abordagem tendenciosa e sensacionalista, pode impactar negativamente a percepção do que foi efetivamente estabelecido como fato comprovado nos autos, de acordo com o devido processo legal. E a disseminação de opiniões e informações inevitavelmente influenciam a opinião pública.

Diante das observações feitas, é inegável a importância de evitar a influência direta dos meios de comunicação em casos de crimes de grande repercussão e notoriedade pública. O objetivo é impedir que a busca por audiência seja responsável pelo viés parcial dos jurados e pela negligência em relação aos princípios legais da ampla defesa e do contraditório.

A mídia investigativa, ao veicular notícias sensacionalistas, tem o poder de influenciar e manipular a opinião pública, estimulando um desejo de vingança. Esse clamor popular exerce pressão sobre os responsáveis pelo julgamento do caso, podendo levá-los a cometer injustiças e violar garantias constitucionais, o que resulta na deterioração da integridade do processo de julgamento.

Portanto, torna-se evidente que a mídia exerce uma influência prejudicial sobre o Direito Penal, uma vez que busca a punição a qualquer custo, na tentativa de alcançar uma noção de justiça que se aproxime do que é considerado correto tanto pela sociedade quanto pela própria mídia. O clamor público, influenciado por essa mídia sensacionalista de forma

indireta, coloca pressão sobre o Poder Judiciário, forçando-o a tomar medidas imediatas para punir os delitos cometidos, pois o acusado rapidamente passa a ser visto como um infrator aos olhos do público em geral, enquanto a justiça se torna a heroína tão esperada e ansiada pela sociedade.

Este apelo midiático se manifesta de maneira notável quando se trata de enfatizar o papel da vítima. A estratégia da vitimização passa a desempenhar uma nova função ao validar moralmente demandas sociais e políticas, uma vez que o sofrimento da vítima desperta imediatamente a necessidade de reparação pelo dano sofrido. Contudo, para que a perspectiva da vítima possa influenciar o espaço público de ação, é fundamental, em primeiro lugar, dar visibilidade a ela.

Nesse contexto, a mídia não apenas torna o sofrimento da vítima visível, mas também molda a sua imagem, transformando-a em uma figura que pode ser utilizada como instrumento de sensibilização do público. As exposições da imagem da vítima ou os relatos de seus familiares têm o propósito de amplificar o peso emocional das decisões tomadas pelos profissionais do Direito. Isso ocorre porque, se há um senso de justiça inato em cada indivíduo, esse senso tende a confiar instintivamente na narrativa simplista de que o ganho do agressor representa a perda da vítima, e apoiar as vítimas automaticamente implica em ser mais rigoroso com os agressores.

4 ANÁLISE DE CASOS EMBLEMÁTICOS

4.1 Caso Suzane Von Richthofen

Nascida em São Paulo, Suzane é filha do engenheiro Manfred Albert von Richthofen, de sua esposa Marísia von Richthofen, e irmã de Andreas von Richthofen. Seu pai trabalhava como diretor da Companhia Estadual de Desenvolvimento Rodoviário de São Paulo, e sua mãe era psiquiatra. O patrimônio do casal von Richthofen foi avaliado em cerca de R\$11 milhões de reais.

Após concluir o ensino médio, Suzane estudou Direito na Pontifícia Universidade Católica em São Paulo, e foi descrita como feliz, mas um pouco tímida, além de ser conhecida por ter um bom relacionamento com os pais e o irmão, além disso os quatro foram lembrados com simpatia pela psicóloga Luciane Mazzolenis, que foi vizinha do casal, a quem Suzane chamava de tia¹⁴.

Aos 16 anos, Suzane começou a namorar Daniel Cravinhos, um estudante que abandonou a faculdade e ensinou Andreas a pilotar aeromodelos. Os pais de Suzane, que a princípio permitiram seu relacionamento com Daniel, mudaram de opinião ao descobrirem que ele usava maconha quase diariamente. Além disso, sua origem de classe baixa também causou divergências.

Na madrugada de 31 de outubro de 2002, Suzane, agora com 18 anos, que há meses planejava o assassinato de seus pais, verificou se eles já estavam dormindo, desligou o sistema de alarme da casa onde moravam e abriu a porta para seu namorado Daniel Cravinhos, de 21 anos, e seu irmão, Cristian Cravinhos, de 26 anos, que esperavam do lado de fora da casa.

Os irmãos Cravinhos subiram até o quarto de Manfred e Marísia e bateram neles com barras de ferro antes de estrangulá-los com toalhas. Suzane estava esperando na sala no andar de baixo enquanto os irmãos assassinavam seus pais.

Após a consumação do assassinato, os três jovens simularam um arrombamento e embolsaram o dinheiro que encontraram na casa, espalhando papéis na biblioteca e bagunçando o local, e logo em seguida foram embora. Suzane e Daniel foram para um motel, enquanto Christian foi para um restaurante de fast-food. Logo pela manhã, Suzane e Daniel

¹⁴ MANSUR, Alexandre; AZEVEDO, Solange. No rastro de Suzane. Revista Época. Disponível em: <<https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR54308-5990,00.html>>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

pegaram o irmão mais novo, Andreas, então com 15 anos, em um cibercafé e foram para casa, onde "descobriram" o crime. Chamaram imediatamente a polícia e contaram a história por eles arquitetada.

Os investigadores, no entanto, duvidaram que o crime fosse um roubo e suspeitaram que os autores fossem conhecidos das vítimas, e logo começaram a questionar os filhos e os funcionários da família Richthofen. O que os deixou desconfiados não foi apenas a cena do crime, com o alarme desligado e os papéis espalhados de forma regular, como que intencionalmente, mas também o comportamento dito extraordinariamente frio de Suzane, pois ela foi vista na piscina da casa com Daniel no dia seguinte ao assassinato e comemorou seu aniversário de 19 anos com amigos poucas horas após o enterro dos pais.

Os investigadores concentraram sua atenção em Suzane e seu namorado e começaram a segui-los. A pista para a prisão veio com Cristian Cravinhos, que poucos dias depois comprou uma moto e pagou à vista em notas de 100 dólares. Pouco tempo depois, em 9 de novembro de 2002, ele foi preso, assim como seu irmão e Suzane, que logo confessou o assassinato. Suzane foi libertada da prisão em maio de 2005, quando o Supremo Tribunal Federal lhe concedeu habeas corpus. Ela então aguardou seu julgamento em prisão domiciliar.

Em 5 de junho de 2006, Suzane, juntamente com os Cravinhos, foram levados a julgamento em São Paulo, denunciados de acordo com os artigos 121, §2º, incisos I, III e IV; artigo 347, parágrafo único; e artigo 29, todos na forma do artigo 69. Cristian também recebeu as sanções dos artigos 155, caput com agravante do artigo 61, inciso II, alínea O. Sendo todos os artigos do Código Penal Brasileiro¹⁵.

O julgamento foi adiado e finalmente começou no dia 17 de julho. No julgamento, Suzane culpou Daniel Cravinhos por tudo, enquanto os irmãos Cravinhos alegaram que agiram de acordo com a vontade dela. O promotor Roberto Tardelli, porém, chamou Suzane de "mentora" do crime e pediu 50 anos de prisão para cada um dos três réus.

Suzane e Daniel foram condenados pelos homicídios de Manfred e Marísia de acordo com o artigo 59, pelo crime de fraude processual do artigo 347 e pelo concurso material mediante artigo 69, e por infração ao artigo 121, §2º, incisos I, III E IV, todos do Código penal. Cristian foi condenado pelos mesmos crimes, com diferença de um ano nas totalidades das penas que foram de: trinta e nove anos de reclusão e seis meses de detenção, mais multa

¹⁵ CASOY, Ilana. Casos de Família: Arquivos Richthofen e Arquivos Nardoni. 1. ed. Rio de Janeiro; DarkSide Books, 2016.

para Suzane e Daniel. E trinta e oito anos de reclusão e seis meses de detenção, mais multa para Cristian¹⁶.

O caso gerou uma atenção significativa da mídia no Brasil devido ao forte contraste entre o crime brutal e o que inicialmente foi percebido como a personalidade da filha. Embora os irmãos Cravinhos se enquadrassem no estereótipo dos assassinos sem instrução, desempregados fazendo uso contumaz de drogas, esse não o caso de Suzane: ela era uma garota considerada bonita, branca e loira, de uma família de classe alta, e dita como "bem comportada", sempre indo bem na escola, falando três línguas estrangeiras e fazendo balé.

Em abril de 2006, o advogado de Suzane conseguiu uma entrevista na televisão para o público ganhar mais simpatia pela acusada. Para a entrevista, ela usou uma camiseta rosa da Minnie Mouse e prendedores de cabelo coloridos. Durante a entrevista, Suzane chorava agarrada ao braço do advogado, dizendo que Daniel havia destruído sua família e tirado tudo dela: sua "família mais preciosa". Ela também alegou que Daniel a obrigava a usar drogas o tempo todo.

No dia seguinte a entrevista foi retomada, desta vez com Suzane vestindo uma camiseta com uma estampa de urso Panda. E sem saber que o microfone já estava ligado, seu advogado Denivaldo Barni a chamou de lado e a orientou sobre como se comportar diante das câmeras e o que dizer do ex-namorado. A equipe gravou Barni dizendo: "comece a chorar e diga que não quer mais conversar". Esta entrevista prejudicou tanto a credibilidade de Suzane que sua equipe de defesa jamais se recuperaria¹⁷.

Quando os pais de Suzane foram mortos, a imprensa inicialmente atribuiu o crime à realidade dos grandes centros urbanos e à crescente violência na sociedade globalizada. No entanto, tudo mudou quando se descobriu que Suzane estava envolvida no homicídio. A mídia aproveitou-se da sociedade conservadora para destacar ainda mais o caso, explorando fatores psicológicos e a herança como possíveis motivos do crime, mesmo sem respaldo pericial ou base para tais alegações.

Nessas situações, a mídia desempenha o papel de julgador, ocasionalmente atribuindo crimes a pessoas inocentes ou exacerbando as penalidades a serem aplicadas, prejudicando assim os direitos fundamentais dos acusados. Além disso, certos crimes causam uma

¹⁶ CASOY, Ilana. Casos de Família: Arquivos Richthofen e Arquivos Nardoni. 1. ed. Rio de Janeiro; DarkSide Books, 2016.

¹⁷ 48 Horas. ENTREVISTA DE SUZANE VON RICHTHOFEN ao FANTÁSTICO em abril de 2006. Youtube, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8Mj4qVm5teU>>. Assistido em 29 de setembro de 2023.

impressão tão forte nas pessoas, que o impacto é grande e duradouro, assim, permanecem na memória coletiva por longos anos, podendo ser transmitidos de geração para geração.

Neste caso, existem evidências claras da influência da mídia sobre os acusados do crime. É perceptível uma ênfase na diferenciação social dos envolvidos, retratando Suzane como a jovem de boa índole, proveniente de uma família respeitável, que cometeu um crime "chocante" ao ser supostamente influenciada pelos irmãos de condição mais humilde. A narrativa sugere que estes últimos teriam invadido a vida de uma família estável e feliz, introduzindo elementos de criminalidade e drogas, com o objetivo de usufruir da herança, contribuindo assim para a generalização de preconceitos culturais.

Comentar sobre o presente caso pode ser desafiador, pois ele esteve repleto de imprecisões desde o início. Isso se deve ao fato de que desde as primeiras horas do crime, Suzane foi mencionada como possível envolvida na morte de seus pais pelo Jornal da Globo. O repórter Joaquim de Carvalho fez essa afirmação ao vivo, diretamente da Delegacia de Homicídios de São Paulo, onde tanto os irmãos Cravinhos quanto os irmãos Richthofen estavam prestando depoimento¹⁸.

A Polícia Civil de São Paulo conseguiu desvendar o mistério por trás do assassinato de Manfred e Marísia, e, em seu testemunho, Suzane admitiu que planejara a morte de seus pais por amor ao namorado. A confissão da jovem foi o assunto principal do noticiário do Jornal Hoje, em 08 de novembro de 2002. Durante o programa, o psiquiatra Içami Tiba esclareceu as dúvidas dos apresentadores Carlos Nascimento e Carla Vilhena, que buscavam compreender o comportamento de Suzane.

É notório o interesse da mídia em retratar a identidade de Suzane, como destacado pelo Estadão ao descrevê-la como "quieta, faixa preta de caratê e aluna do curso de Direito na PUC São Paulo"¹⁹. Nesse contexto, o aumento do clamor social tornou-se inevitável, e à medida que a sociedade demonstrava interesse no caso, a mídia o explorava, transformando-o em um espetáculo de grande magnitude.

Houve uma clara inversão na imagem de Suzane, de uma jovem modelo e boa filha, ela passou a ser vista como alguém que cometeu um crime terrível e repugnante aos olhos da sociedade. A partir disso, a opinião pública clamava por uma punição severa, uma vez que ela

¹⁸ DE CARVALHO, Joaquim. Como descobri o envolvimento de Suzane von Richthofen no assassinato de seus pais. Por Joaquim de Carvalho. Diário do Centro do Mundo, 2018. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-descobri-o-envolvimento-de-suzane-von-richthofen-no-assassinato-de-seus-pais-por-joaquim-de-carvalho/>>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

¹⁹ Chocados, colegas dizem que Suzane era "quieta". Estadão, 2002. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/brasil/chocados-colegas-dizem-que-suzane-era-quieta/>>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

aparentemente não tinha "motivos plausíveis" para planejar a morte de seus próprios pais. Nesse momento, a imagem de Suzane estava sendo moldada pela narrativa construída pelos eventos, o que claramente a diferenciava de sua imagem pessoal.

Em uma matéria para o programa Super Pop da Rede TV, a procuradora de Justiça Eliana Passareli e o especialista em segurança Jorge Lordello abordaram o caso Von Richthofen. Lordello, em sua análise, argumentou que Suzane parecia estar em um estado lamentável durante o enterro de seus pais, que supostamente foram vítimas de um latrocínio. Ele enfatizou que a jovem de família abastada desempenhou o papel de uma filha desesperada diante da imprensa, mas que, na realidade, estava dominada pelo temor de ser "descoberta"²⁰.

A cobertura do crime também se tornou um assunto de grande repercussão quando o programa "Fantástico", da Rede Globo de televisão, exibiu cenas e conversas entre Suzane e seu advogado na entrevista anteriormente mencionada. Nessa exposição, ficou evidente que o advogado orientou Suzane na tentativa de manipular a opinião pública. Os detalhes dessa conversa foram amplamente divulgados, o que gerou uma reviravolta no caso e, por fim, resultou na prisão de Suzane.

A mídia exerceu influência na estratégia dos advogados, que buscavam apresentar à sociedade a imagem de uma jovem ingênua, supostamente coagida por seu namorado a cometer o crime com o objetivo de herdar dinheiro e conquistar sua liberdade.

O advogado deve estar preparado para lidar com situações em que seu cliente estará sob exposição pública, orientando-o da melhor maneira possível, adaptando-se a cada caso específico, e ao mesmo tempo, protegendo a reputação de seu cliente. Isso ocorre porque, em certas ocasiões, os promotores são elevados ao status de "celebridades" e são aclamados como heróis pelos telespectadores de programas de televisão que dedicam grande parte de sua programação a debates entre a acusação e a defesa em casos de grande repercussão. No entanto, os advogados criminalistas frequentemente são relegados ao esquecimento por esses mesmos telespectadores, que tendem a confundir a figura do advogado com a do réu, prejudicando injustamente a reputação dos profissionais de defesa.

É evidente que os meios de comunicação frequentemente desconsideram normas éticas, morais, legais e constitucionais. Além disso, negligenciam princípios básicos na construção de notícias, optando por enfatizar personagens que dramatizem o horror retratado em suas matérias e reportagens sobre crimes violentos. Isso confere a essas coberturas um caráter que

²⁰ Ex-professora diz que Suzane Von Richthofen era inteligente e fria. Rede TV, 2016. Disponível em: <<https://www.redeTV.uol.com.br/superpop/videos/ultimos-programas/ex-professora-diz-que-suzane-von-richthofen-era-inteligente-e-fria>>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

se assemelha a programas de entretenimento da vida real ou enredos de novelas, o que amplifica os eventos e manipula a narrativa através dos recursos disponíveis no campo do jornalismo.

A intensa cobertura de crimes dolosos contra a vida frequentemente resulta na formação de preconceitos sobre o assunto, e a comoção social gera um desejo por justiça por parte da sociedade, levando os acusados submetidos ao julgamento do tribunal do júri a serem considerados culpados mesmo antes de uma eventual condenação. Isso transforma o processo no tribunal do júri em um meio de perseguição e busca de vingança pela população diante dos desafios relacionados à criminalidade no Brasil.

É inegável que quando um tema desperta o interesse da sociedade, ele é amplamente explorado na mídia, visando atrair audiência, e este fenômeno contribui para a banalização do evento e uma influência negativa nos processos.

Frequentemente, as matérias e reportagens relacionadas a crimes, especialmente aqueles que envolvem crimes contra a vida, são atrativas para a mídia, que aproveita o interesse do público para investigar profundamente o caso. Isso pode transformar a tragédia em um drama sensacionalista, consolidando nas mentes das pessoas a versão que a mídia apresenta, muitas vezes sem respaldo legal ou uma interpretação mais cuidadosa.

O que se nota é que os meios de comunicação muitas vezes se apressam para identificar um culpado, e esta busca por um personagem que ilustre o horror abordado nas matérias sobre crimes frequentemente leva a mídia a assumir o papel de encontrar suspeitos e até mesmo a condenar indivíduos específicos.

O produto de maior rentabilidade para a mídia é a dramatização do sofrimento. E nestes casos, existe uma tendência quase insuperável ao pré-julgamento, de forma que, por mais sólida que seja a argumentação da defesa, muitas vezes não consegue superar a predisposição em favor da acusação que os jurados "trazem consigo".

E nesse contexto, surge a dúvida sobre se a exposição na mídia é uma estratégia defensiva eficaz, uma vez que o acusado tende a perder a simpatia do público em geral, que passa a considerá-lo culpado e a ver mentiras em cada palavra ou gesto, prejudgando-o de maneira desfavorável antes mesmo de ele comparecer ao tribunal como réu.

E o caso de Suzane é especial, pois em todo o mundo, independentemente das diferenças culturais, o respeito ao pai e mãe é uma ideia universalmente aceita.

Por isso, parricídios e matricídios sempre provocam uma comoção social, e em todos esses casos, é possível observar os espectadores se perguntando por que o ato ocorreu. A curiosidade em compreender as motivações internas do criminoso é sempre intensa. As

pessoas frequentemente se questionam se alguém que mata os próprios pais é um psicopata, um louco ou simplesmente cruel. Geralmente, em situações como essa, raramente encontramos uma resposta que seja verdadeiramente convincente.

Ao longo de todo o processo, desde a descoberta da autoria do crime, houve muitas especulações sobre a saúde mental de Suzane e as razões por trás do assassinato. Durante a investigação, mesmo antes de se confirmar a autoria do crime, os agentes policiais que entraram em contato com Suzane já observaram um comportamento dito como atípico.

Corrêa (1983), ao tratar de morte em família, dispõe que a sociedade estabelece e decide sobre as ações daqueles que violaram as normas legais e, posteriormente, justifica essas decisões em termos sociais. Isso ocorre por meio do debate e da tomada de decisões em nome da própria sociedade. A trajetória interna do processo difere da discussão pública, uma vez que, no domínio público, os valores morais são debatidos em primeiro lugar, enquanto na formação do processo legal, os argumentos são predominantemente técnicos. Isso representa uma mudança de ênfase.

Seguindo o raciocínio da autora, a ruptura que desencadeia uma crise na sociedade é causada pelo cometimento de um crime, pela morte de uma pessoa provocada por outra. Essa ruptura coloca em contato esferas de ação que antes pareciam separadas, em outras palavras, a interrupção de um relacionamento familiar contínuo e normal é vista como um desvio.

Essa ruptura pode ser considerada uma violação porque há uma aceitação prévia das normas que elas infringem. A vida em sociedade, tal como está organizada, com esferas de ação claramente definidas, é considerada o padrão, é uma afronta a essa normalidade predefinida é o crime. É algo que no mínimo estranheza.

Mas embora possa parecer assustador, casos de homicídio em família ocorrem com uma frequência surpreendente. Há inúmeras ocorrências de parricídio (morte de pai ou padrasto) e matricídio (morte de mãe ou madrasta), e as motivações por trás desses atos são diversas, abrangendo desde razões financeiras até situações de abuso, e o respeito aos pais se modifica com as circunstâncias de cada caso.

Como por exemplo, o caso de Severina Maria da Silva, que, em novembro de 2005, contratou dois homens para matar seu pai, Severino. O crime foi consumado e Severina foi presa logo em seguida. A motivação do assassinato foi que Severina era estuprada pelo pai desde a infância, tendo engravidado diversas vezes, e todas as gestações sendo frutos do abuso sofrido. Seis anos após o crime, Severina foi absolvida por unanimidade pelo júri²¹.

²¹ BORTOLO, KIZZY. "Fui estuprada desde a infância e tive 12 filhos do meu próprio pai". Marie Claire, 2021. Disponível em:

No caso de Suzane, nunca foi comprovado que ela sofria abusos, apenas que de maneira geral, a família Richthofen costumava estabelecer diversas regras para seus filhos, que incluíam horários para as refeições e sono, a exigência de estudos mesmo nos finais de semana e a proibição de voltar para casa após as 18:00.

Então, a participação de Suzane no crime foi vista com surpresa, pois não existiam motivos aparentes para justificar tal ato. Por isso que a condição mental dela pode ser realmente intrigante. Em algumas ocasiões ela foi submetida a um exame amplamente conhecido para avaliar a capacidade de readaptação de detentos à sociedade, o teste de Rorschach. Esse teste é usado para analisar aspectos da personalidade e características do indivíduo que podem não estar claramente visíveis.

No entanto, Suzane não conseguiu passar no teste em nenhuma das vezes que o realizou, apesar de ter recebido de seu advogado um manual de estudos sobre teste para ajudá-la a compreendê-lo melhor e, eventualmente, obter aprovação, o que não ocorreu.

Os resultados dos laudos de Suzane não são favoráveis a ela, pois embora ela afirme estar arrependida do crime que cometeu, quando questionada sobre o motivo de seu arrependimento, ela sempre se concentra em suas perdas pessoais, como as oportunidades de vida que desperdiçou. É dito que ela não demonstra a capacidade de sentir empatia por ninguém além de si mesma e que suas características narcisistas e egocêntricas são evidentes.

Porém, apesar de ser constantemente chamada de psicopata, tanto por psicólogos e psiquiatras, quanto por pessoas sem formação na área, Suzane não possui nenhum laudo de psicopatia. Os comportamentos de Suzane podem levar a crer que exista algo de errado com sua psique, porém não há afirmação clínica concreta que afirme se de fato ela é ou não.

Na verdade, o que se sabe com certeza é que Suzane não possui nenhum transtorno mental, porém, até hoje Suzane é chamada de psicopata, inclusive, recentemente em entrevista dada ao jornal "O Globo" do dia 27 de setembro de 2023, a mãe das enteadas de Suzane diz que não quer as filhas "sendo criadas por uma assassina psicopata"²². Silvia Constantino acrescenta que por mais que ache que Suzane tem o direito de recomeçar a vida, não quer que ela faça isso perto de suas filhas.

Silvia pediu a guarda das crianças na Justiça, mas teve o pedido de guarda recusado no dia 19 de setembro. De acordo com o apurado pelo G1, "não há elementos que assegurem que

<<https://revistamarieclaire.globo.com/EuLeitora/noticia/2021/05/fui-estuprada-desde-infancia-e-tive-12-filhos-d-o-meu-proprio-pai.html>>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

²² CAMPBELL, ULLISSES. Ex-mulher de namorado de von Richthofen diz estar há mais de um mês sem falar com as filhas. O Globo, 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/09/27/ex-mulher-de-namorado-de-von-richthofen-diz-estar-ha-mais-de-um-mes-sem-falar-com-as-filhas.ghml>>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

o exercício da guarda, pela mãe, se revela à medida que melhor atende aos interesses das meninas" e que "não está comprovado que as meninas sofrem risco advindo da convivência com a madrasta Suzane von Richthofen"²³.

4.2 Caso Pedrinho Matador

Pedro Rodrigues Filho, conhecido como "Pedrinho Matador", nasceu em 30 de outubro de 1954, na cidade de Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais. Sua trágica história começou antes mesmo de seu nascimento, quando, ainda no ventre de sua mãe, ele foi alvo de agressões por parte de seu pai, que a golpeou com chutes na barriga, resultando em um afundamento em seu crânio.

Em entrevistas, Pedrinho descreve uma infância extremamente simples, na qual ele começou a trabalhar desde muito jovem, ao lado de seu pai e avô, o que o impediu de frequentar a escola. Foi nesse período que ele afirma ter aprendido a manejar armas, participando de caçadas com seu avô.

Seu primeiro assassinato ocorreu quando Pedrinho tinha apenas 14 anos, contra o próprio primo. O primo teria supostamente dado um soco no rosto dele e Pedrinho teria empurrado o rapaz contra um moinho, pois ele imaginou que o corpo iria passar pelo moinho como uma cana. Mas depois de empurrar, ele percebeu que isso não aconteceria, e decidiu esquartejar o corpo do primo.

O próximo assassinato aconteceu logo depois, contra o vice-prefeito de sua cidade, por demitir seu pai pelo que ele acreditava uma acusação injustificada de furto de comida na cantina da escola. Depois disso, ele assassinou a pessoa que realmente teria furtado a cantina.

Após o incidente, ele se refugiou em Moji das Cruzes, em São Paulo, e começou a roubar e matar traficantes. Na cidade ele também conheceu Botinha, que era viúva de um traficante, e passaram a morar juntos. Ele continuou matando até que Botinha foi assassinada.

Pedrinho buscou quem teria matado Botinha, e torturou o matou pessoas para obter as informações que desejava. Depois de descobrir quem foi o mandante do crime, ele foi ao casamento do suposto responsável pela morte de Botinha, e lá matou sete pessoas e feriu dezesseis.

²³ Mãe de filhos de namorado de Suzane von Richthofen pede guarda das crianças. G1, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/27/entrevista-silvia-constantino-franco.ghml>>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

Enquanto ainda estava em Mogi das Cruzes, matou o pai na prisão. Pedrinho conta que matou o pai com 22 golpes de faca, arrancou seu coração, o mastigou e cuspiu, isso porque seu pai havia matado sua mãe com 21 facadas.

Em 1973, Pedrinho foi detido pela segunda vez e passou o restante de sua vida adulta na prisão. Ele é considerado um dos maiores serial killer do Brasil em termos de número de vítimas e ocupa a quinta posição no ranking mundial. Foi condenado por 71 homicídios, embora tenha admitido a autoria de mais 54, totalizando 100 assassinatos, sendo 47 deles cometidos enquanto estava sob custódia no sistema penitenciário. Além disso, ele detém o recorde da pena mais longa já imposta no Brasil (o recorde pertencia anteriormente ao Bandido da Luz Vermelha, que foi condenado a 351 anos de prisão).

Pedrinho disse que não hesita quando mata porque se hesitasse, seria ele o morto. Ele tinha uma tatuagem no braço esquerdo que diz: "Mato por prazer", mas cobriu a tatuagem com um escorpião²⁴.

Em 2003, apesar de ter sido condenado a uma pena de 126 anos de prisão, Pedrinho quase foi solto. No entanto, devido aos crimes que cometeu enquanto estava na prisão, sua sentença foi aumentada para mais de 400 anos de prisão. Ele foi solto em 2007, mas voltou à prisão quatro anos depois, aos 57 anos, devido à participação em motins.

Pedrinho conta que matou aqueles que mereciam morrer, "para defender sua honra, os mais fracos e os amigos"²⁵. Ele afirmou também que nunca tinha matado mulheres e crianças e que não tolerava estupradores, motivo pelo qual jurou matar o "Maníaco do Parque".

Quando Pedrinho estava em liberdade, relatava que passou por uma conversão ao cristianismo. Ele estava praticando artes marciais e expressava seu arrependimento. Além disso, ele gravava vídeos para o *YouTube* como comentarista de crimes, onde aconselhava jovens a não seguir o "caminho do crime".

Porém, em seus vídeos, embora afirme sentir arrependimento, durante uma entrevista no programa "Conexão Repórter", Pedrinho declarou que não se arrepende das pessoas que matou, mas sim dos anos que passou na prisão devido aos homicídios que cometeu²⁶.

Dito isso, Pedrinho sofreu com a violência desde muito jovem, inclusive antes de seu nascimento. E ele não teve acesso à educação, conforme ele mesmo relata, pois desde muito

²⁴ Conexão Repórter. A mente do matador - Parte 1 | Conexão Repórter (20/05/19). Youtube, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=htVjVUXf2n4>>. Assistido em: 02 de outubro de 2023.

²⁵ SILVA, Pablo do Nascimento. Pedrinho Matador A Biografia. Editora Garcia, 2019.

²⁶ Conexão Repórter. A mente do matador - Parte 2 | Conexão Repórter (20/05/19). Youtube, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kflg-NItWqI>>. Assistido em: 03 de outubro de 2023.

jovem, precisou acompanhar seu avô na caça de animais para obter couro e contribuir para o sustento da família.

Então, analisando a situação à luz das ideias de Foucault (1987), é possível perceber que durante sua infância, a partir da forma de tratamento que Pedrinho recebeu do Estado, ele não foi moldado para cumprir as funções estatais. Foi somente quando entrou no sistema penitenciário que o Estado começou a exercer controle sobre ele.

E quando já estava preso, o aumento do número de mortes que Pedrinho provocou dentro do sistema penitenciário evidencia que a prisão não estava servindo como meio de reabilitação para ele. Pelo contrário, apenas contribuía para que ele acumulasse mais vítimas.

E aqui, com Pedrinho, a mídia também ultra comercializou este caso, que sempre relatado pelos noticiários, destaca-se pelo grande número de homicídios que ele cometeu, bem como pela frieza e ausência de remorso que caracterizavam suas ações.

Ainda no que diz respeito ao caso de Pedrinho, a influência da mídia se torna evidente quando é visto Pedrinho sendo retratado de maneira desumana. Basta observar os adjetivos frequentemente usados para se referir a ele, tais como: "monstro do sistema"²⁷ e "simplesmente uma assassino"²⁸. Essa abordagem da mídia desempenha um papel significativo na construção da imagem dele perante a sociedade, uma dinâmica que Foucault já descrevia em "Vigiar e Punir".

A maneira como Pedrinho cometia seus crimes levou à realização de uma avaliação psiquiátrica em 1982, por parte de dois médicos psiquiatras, cujo resultado indicou que ele possuía "caráter paranóide" e "anti-socialidade".

Então, ainda de acordo com a perspectiva de Foucault (1987), classificar Pedrinho como um psicopata permitiu que o Estado justificasse a sua exclusão, argumentando que ele não poderia ser reintegrado à sociedade. Como resultado, Pedro permaneceu preso por mais de 30 anos, que, na época, era o tempo máximo permitido pelo direito penal (em 2019 foi sancionada a lei 13.964, que alterou o art. 75 do Código Penal e ampliou o prazo máximo de reclusão de 30 para 40 anos).

Mas o caso de Pedrinho é bem particular, pois por mais que ele de fato tenha sido diagnosticado como psicopata, muitas vezes, a forma com que o público se referia a ele era no

²⁷ RODRIGUS FILHO, Pedro. O monstro do sistema, Época. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR57160-6014,00.html>> Acesso em: 03 de outubro de 2023.

²⁸ FAUSTINI, Eduardo. Pedrinho Matador. Memória Globo. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais-e-programas/fantastico/fantasticopedrinho-matador.htm>>. Acesso em: 03 de outubro de 2023.

mínimo interessante, pois a maior parte das pessoas que Pedrinho matou não eram benquistas pela população, eram criminosos que também estavam presos.

Pedrinho era percebido por muitas pessoas como uma espécie de "justiceiro", e em muitas reportagens ele é retratado dessa forma. Pedrinho, por mais que também fosse alvo de ódio do público, não era no mesmo nível de Suzane, pois ele assassinava aqueles que ele considerava como o que "há de pior na sociedade". Isso, de certa forma, justificava suas ações, conferindo um motivo para os homicídios que cometia (motivo esse considerado plausível por muitos). Em seu livro "Serial Killers: Made in Brazil", Ilana Casoy afirma que Pedrinho não era um justiceiro, mas sim um vingador.

Isso acaba exercendo um certo fascínio nas pessoas. Quando alguém é glorificado por assassinar estupradores, ladrões e traficantes, reflete a busca por justiça em um país onde apenas 10% dos homicídios são resolvidos. Isso cria uma visão distorcida de que, de alguma forma, Pedrinho fez algo bom.

Posso compreender a perspectiva de Pedrinho ao afirmar que só matou aqueles que, para ele, mereciam morrer, afinal, todos desejam ser os heróis de suas próprias histórias. E parece que a aprovação social é um requisito importante entre os criminosos, e é por isso que a população carcerária gosta de demonstrar que há uma certa ética em suas ações, como ao condenar à morte, por exemplo, pedófilos e estupradores.

Pedrinho se tornou famoso no *YouTube*, *TikTok* e *Kwai* após sua segunda sentença de prisão. Sua página TikTok (plataforma de vídeos curtos) chamada "Pedrinho EX Matador", tinha mais de 400.000 seguidores e 3,4 milhões de curtidas.

E em uma reviravolta, Pedrinho foi baleado e morto em março de 2023 por dois homens que atiraram de um carro em Mogi das Cruzes, que depois fugiram em outro carro. Nenhum suspeito foi identificado em seu caso de assassinato.

4.3 Caso Vampiro de Niterói

Marcelo Costa de Andrade nasceu em 2 de janeiro de 1967, na favela da Rocinha, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Sua infância, de modo geral, não foi nem um pouco tranquila, principalmente devido às constantes brigas causadas por seu pai, Manoel, que tinha um temperamento bastante violento, especialmente quando bebia em excesso. Sua mãe, Maria, em contrapartida, trabalhava como doméstica e era conhecida por ser bem calma.

Aos 5 anos, seus pais se separaram e o menino foi levado para morar com os avós maternos. Durante essa separação, Marcelo enfrentou um período difícil, pois não conseguia

compreender por que tudo estava mudando tão drasticamente. Além disso, sentia falta do convívio com seus pais e irmãos, com quem havia morado anteriormente.

Desde sua infância, Marcelo já apresentava uma série de problemas de saúde com regularidade. Isso incluía episódios de sangramento nasal e múltiplos ferimentos na área da cabeça, resultantes de quedas, acidentes ou incidentes de agressão, que envolviam cabos de vassoura e correias. Além disso, em algumas ocasiões, foram relatadas visões de figuras sombrias e aparições sobrenaturais durante a noite.

Aos 10 anos, ele enfrentou outra mudança. Sua mãe o tirou da casa de seus avós e levou-o para morar com ela e seu marido. Durante esse período, o menino gostava de ler gibis e assistir desenhos na televisão. E foi nessa fase que Marcelo teve seu primeiro contato com o mundo religioso, inicialmente através da umbanda e do candomblé, já que seu padrasto era um médium de terreiro. As cerimônias de possessão e as oferendas, em particular, marcaram bastante Marcelo.

No entanto, a convivência dele com sua mãe e seu padrasto durou apenas alguns meses, pois o casal frequentemente brigava, o que eventualmente levou ao término do casamento. Durante essas discussões, sua mãe costumava deixar a casa por um tempo e, nessas ocasiões, levava Marcelo consigo. Finalmente, quando o casal se separou definitivamente, a mãe conseguiu um emprego como empregada doméstica, que exigia que ela dormisse no local de trabalho. Isso fez com que Marcelo precisasse morar com seu pai, sua madrasta e os filhos do casal.

Contudo, esta situação não se manteve por muito tempo, uma vez que o casal também passou a brigar com frequência, desta vez devido ao comportamento considerado estranho do menino. Marcelo era descrito como uma criança "diferente", frequentemente rindo sem motivo aparente, tendo poucos amigos e sendo frequentemente excluído pelas outras crianças, que também o zombavam. Portanto, por decisão de seu pai e madrasta, ele foi levado para um colégio interno.

Marcelo, agora com 13 anos, acabou fugindo do colégio, o que marcou o início de um período em que ele passou muito tempo nas ruas. Foi também nessa época que o jovem começou a ganhar dinheiro com a prostituição, enfrentando muitas dificuldades, pois ele foi abusado sexualmente várias vezes. Aos 16 anos, iniciou um relacionamento com um homem adulto bem mais velho e, aos 17, foi acusado de tentar abusar sexualmente de seu irmão de 10 anos.

Nessa época, Marcelo decidiu retornar mais uma vez ao Ceará, com a esperança de reencontrar seus avós. No entanto, ao chegar lá, encontrou apenas uma de suas tias, que estava

em sua lua de mel e não gostou da visita inesperada do sobrinho, o que a fez destratar o jovem. Sentindo-se mal com o tratamento recebido, Marcelo furtou sua tia e optou por voltar para o Rio de Janeiro, onde foi morar com seu pai. Aqui, o pai mostrou-se alguém que não tinha nenhuma paciência com o filho, o que fez o jovem voltar a se prostituir e morar na rua.

Anos depois, Marcelo, agora com 23 anos de idade, tomou a decisão de voltar a viver com sua mãe. Apesar dele nunca ter tido um trabalho, ele conseguiu um emprego temporário na distribuição de panfletos.

Nesse período, o jovem, que não bebia nem fumava, tornou-se membro da Igreja Universal do Reino de Deus, e ia aos cultos quatro vezes por semana. Foi nesse momento que sua mãe começou a observar comportamentos peculiares em seu filho, como uma intensa fixação por revistas repletas de imagens de crianças, além de uma coleção de roupas infantis escondidas dentro de um armário. Além disso, houve ocasiões em que Marcelo retornou para casa com as roupas manchadas de sangue²⁹.

Seus crimes foram descobertos em dezembro de 1991, quando Altair Medeiros de Abreu, de 10 anos, saiu com seu irmão Ivan para a casa de um vizinho, que havia prometido dar almoço para os meninos. Os dois eram filhos de Zélia de Abreu, uma empregada doméstica que tinha outros cinco filhos.

Ao passarem pela estação central de Niterói, os dois rapazes foram abordados por Marcelo, que, segundo Altair, lhes ofereceu cerca de quatro mil cruzeiros caso o ajudassem a realizar um ritual religioso. Os meninos aceitaram e os três pegaram um ônibus e desceram em uma praia deserta. Naquele momento, Marcelo tentou beijar o menino mais velho, que fugiu assustado, mas foi capturado e derrubado no chão. Atordoadado, ele assistiu seu irmão Ivan ser abusado sexualmente e morto.

Assustado, Altair passou a fazer tudo o que Marcelo queria. Os dois dormiram e na manhã seguinte partiram para o Rio de Janeiro. Conta-se que durante a viagem Marcelo se ofereceu para morar com Altair, que concordou imediatamente, mas assim que se distraiu, Altair aproveitou a oportunidade e fugiu do assassino. Nos depoimentos posteriores, Marcelo disse que se tornou misericordioso com o menino, porque ele estava sendo "bom" e prometeu ficar com ele.

Altair inicialmente não revelou que seu irmão havia sido morto, apenas contando o crime às irmãs mais velhas no dia seguinte. Marcelo não tentou procurar Altair nem tentou esconder o corpo do irmão, mas voltou ao local do crime para mudar a posição do corpo,

²⁹ CASOY, Ilana. *Marcelo Costa de Andrade: Vampiro de Niterói*. In: CASOY, Ilana. *Serial Killers: Made In Brazil?*. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2017.

antes de ser descoberto pela polícia horas depois. Consta que as mãos do menino estavam dentro do calção, o que afastou a tese inicial de afogamento, tendo o abuso sexual sido posteriormente verificado pelas autoridades. Quando o corpo foi identificado pela mãe de Ivan, Altair conduziu os policiais até Marcelo, que confessou o crime imediatamente, sem demonstrar surpresa³⁰.

Na delegacia, Marcelo admitiu ter cometido assassinatos de outros treze meninos, e a maioria desses crimes ocorreram nas proximidades da BR-101, nos arredores de Niterói. A maioria das vítimas eram meninos em situação de rua, com idades variando entre 5 e 13 anos³¹.

Quando Marcelo foi questionado sobre a motivação para os crimes tão brutais, ele se justificou com a religião (ele era evangélico), alegando que crianças mortas "ganharão o reino dos céus". Ele também disse que, segundo seu pastor, as crianças mortas com menos de 13 anos vão diretamente para o céu.

Ele também revelou que bebeu o sangue de suas vítimas "para ficar tão bonito e puro quanto elas", razão pela qual ficou conhecido como "vampiro". Além disso, Marcelo explicou que prefere os meninos, dizendo que além de serem mais bonitos, eles também têm a pele "lisinha".

No julgamento, ele foi diagnosticado como psicopata, com o diagnóstico baseado principalmente nos vários abandonos que ele sofreu durante sua infância e adolescência. Nesse contexto, a justiça o considerou inimputável.

Em tais situações, é aplicada uma medida de segurança ao réu, o que o isenta de pena devido à sua condição de inimputabilidade. A medida impõe um período mínimo de 3 anos de permanência em um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), com período máximo variável, dependendo do nível de periculosidade do indivíduo. De acordo com o disposto no Código Penal Brasileiro, o exame para determinar isto será realizado uma vez por ano e o resultado é enviado ao juiz da Vara de Execuções Penais, que pode ou não levar em consideração a orientação do perito na tomada de decisão.

Após ter sua inimputabilidade constatada, Marcelo foi absolvido pela justiça e enviado para o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. Lá, de acordo com relatórios médicos da instituição, ele exibia um comportamento calmo e exemplar, embora

³⁰ Desejo de Matar: a psique de um assassino de crianças. Revista Veja. Edição especial nº 1223. 26 de Fevereiro de 1992.

³¹ CASOY, Ilana. *Marcelo Costa de Andrade: Vampiro de Niterói*. In: CASOY, Ilana. *Serial Killers: Made In Brazil?*. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2017.

continuasse a relatar que ouvia vozes que o instigavam a continuar enviando crianças para o céu.

Entretanto, no começo do ano de 1997, ele escapou da instituição, mas foi capturado dias depois, por meio de uma denúncia anônima. Segundo o próprio Marcelo, ele havia saído para visitar seu pai, algo que, de acordo com sua mãe, já havia ocorrido outras vezes quando ele estava detido em uma instituição para menores. Ele também afirmou que, após a visita, pretendia seguir para Israel, a "Terra Prometida".

Mais tarde, em 2003, Marcelo foi transferido para o HCTP Henrique Roxo, local onde ainda permanece internado sem previsão de libertação.

Durante suas diversas internações e nos múltiplos laudos de avaliação de sua sanidade mental, ele foi examinado por seis psiquiatras diferentes, e todos eles concluíram que Marcelo não era totalmente capaz de compreender suas ações, sendo descrito como alguém frio e incapaz de controlar seus impulsos. Foi-lhe dado o diagnóstico de: "deficiente mental, doente mental grave que reúne esquizofrenia e psicopatia"³².

Aqui, com Marcelo, podemos ver uma situação parecida com a dos meninos emasculados de Altamira, no sentido de que crianças estavam sendo mortas em contextos semelhantes.

No caso mencionado, Amailton, um dos acusados, também foi submetido a uma avaliação psiquiátrica realizada pelo setor de psiquiatria da Coordenadoria de Polícia Científica da secretaria de segurança do Pará. No resultado deste laudo, foi diagnosticado que o acusado sofria de "transtorno esquizóide de personalidade". Este diagnóstico indicou que ele tinha a capacidade de compreender a natureza criminosa dos assassinatos, mas não conseguia agir de acordo com esse entendimento de forma completa³³. Portanto, de acordo com esse diagnóstico, ele deveria ser enquadrado no parágrafo único do artigo 26 do Código Penal. No entanto, diferente de Marcelo, ele foi considerado imputável e condenado a uma pena de 57 anos de prisão.

Anísio e Valentina, outros dois acusados no caso dos meninos emasculados de Altamira, também são associados ao caso de Marcelo devido aos rituais religiosos. Anísio, que era médico, foi frequentemente associado com práticas religiosas, e havia relatos de que ele conduzia cultos em sua chácara. Essas declarações foram utilizadas para sustentar a alegação de que Anísio estava envolvido com uma suposta "seita satânica".

³² CASOY, Ilana. *Marcelo Costa de Andrade: Vampiro de Niterói*. In: CASOY, Ilana. *Serial Killers: Made In Brazil?*. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2017.

³³ Lacerda, Paula Mendes. *Meninos de Altamira: violência, "luta" política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

Valentina foi apontada como a líder desta mencionada seita satânica, e antes de ser acusada pelos assassinatos dos meninos emasculados de Altamira, ela já enfrentava acusações relacionadas a outros dois crimes. Um deles envolvia o desaparecimento de Leandro Bossi, que nunca foi encontrado, caso que levou à abertura de um inquérito policial que investigou este suposto "sequestro" pelo qual Valentina foi indiciada, resultando em sua prisão preventiva sendo decretada³⁴.

Após este caso, Valentina foi formalmente indiciada por homicídio qualificado no caso amplamente conhecido envolvendo o menino Evandro. Durante as investigações, Celina e Beatriz Abagge foram implicadas no crime, enquanto a participação de Valentina foi descartada. No entanto, a suspeita de envolvimento com "magia negra" ainda norteou as investigações com as novas acusadas de terem sido as responsáveis pelo desaparecimento de Evandro (inclusive esta teoria nunca foi descartada, ainda acredita-se que as acusadas encomendaram a morte de Evandro em um ritual religioso, e, por causa disso, Celina e Beatriz ficaram conhecidas como "As Bruxas de Guaratuba").

Valentina sempre negou veementemente qualquer alegação de ser a líder de uma "seita religiosa". No entanto, tanto para os familiares das vítimas quanto para a polícia, que a interrogaram com perguntas centradas na suspeita de liderança ou envolvimento em tal "seita", ela era vista como a figura central por trás desses crimes, já que acreditavam que eles não teriam ocorrido sem o elemento "satânico".

E aqui voltamos ao ponto mencionado anteriormente sobre a necessidade de compreender, explicar e justificar tudo o que acontece. Os elementos como o componente satânico no caso de Valentina e Anísio, o transtorno esquizóide no caso de Amailton e a psicopatia no caso de Marcelo contribuem para dar significado e trazer sentido aos eventos em questão.

Apesar das narrativas elaboradas pela polícia e pelo Ministério Público, bem como das condenações dos réus, que presumivelmente ajudaram o público a aliviar a angústia e o medo associados aos crimes, a reconstrução da história só pode responder parte da questão. A mídia, assim como as autoridades, procuraram dar sentido ao que aconteceu com estes casos: informou, especulou, questionou, formou opiniões e construiu uma narrativa até onde foi possível. No entanto, no final, ela também se viu diante da falta de sentido das ações cometidas nos crimes, buscando uma resposta simplificada na forma de doença e satanismo.

Bohleber (2007), ao estudar o trauma do holocausto, questiona:

³⁴ Lacerda, Paula Mendes. Meninos de Altamira: violência, "luta" política e administração pública. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

"Qual a forma apropriada de descrever a experiência coletiva e autêntica de um trauma, sem que o horror dessa experiência e o seu fator chocante, brutal e sem sentido sejam submetidos a categorias históricas atribuidoras de sentido, nas quais a característica traumática do evento viesse a desaparecer?" (BOHLEBER, 2007, p. 170).

O autor argumenta que é importante voltar-se para as memórias individuais das testemunhas, a fim de evitar que a experiência traumática seja substituída por uma narrativa histórica. Nos casos do "Vampiro de Niterói" e dos "Meninos emasculados de Altamira", a narrativa construída levou à substituição do elemento chocante, brutal e aparentemente sem explicação. Em outras palavras, o mistério que envolvia o trauma foi trocado por uma interpretação mais simples, a psicopatia e o satanismo. A característica traumática do acontecimento, suponho, desapareceu, devido ao sentido atribuído a ele.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante minha pesquisa, ao contemplar o tópico em questão, tornou-se claro o quanto o público é atraído por crimes, especialmente aqueles que ganham notoriedade através da mídia. A maioria dos casos que examinei foram rotulados como "casos de horror" e em todos eles houve questionamentos sobre as razões por trás desses crimes, uma busca por explicações que visava amenizar um pouco o horror que permeia esses casos.

A busca por uma explicação é fundamental tanto no processo de investigação, aqui por parte das autoridades policiais e judiciais na busca pelos criminosos, quanto na abordagem da mídia e na vivência cotidiana dos familiares das vítimas. A presença de brutalidade em corpos violentados faz com que algumas mortes não pareçam mortes comuns, mas sim casos extraordinários motivados por uma violência tão extraordinária quanto.

Além disso, foi possível notar que as vítimas são abordadas de maneiras distintas, Marisia e Manfred von Richthofen foram recebidos pelo público de uma forma que as vítimas de Pedrinho Matador e Marcelo não foram. Conforme demonstrado por Foucault (2000), a biopolítica do poder cria uma economia da vida e da morte na qual alguns são considerados dispensáveis e, como resultado, podem ser negligenciados até sua morte.

Ficou evidente para mim que o choque que o público é resultado de um elemento central dos crimes: a violência extrema. Nesse sentido, percebe-se que os criminosos não se limitavam apenas a cometer assassinatos; eles iam além, chegando a mutilar os corpos das vítimas. Essa "violência extrema" representa, aos olhos daqueles que enxergam os crimes apenas através da linguagem do espanto causado pelo horror absoluto, um aspecto marcante.

E explicar os crimes, compreendê-los e investigar suas causas são atividades essenciais no processo de inquérito, como destacado por Foucault (1996). Nas bases do direito criminal, conforme ele afirma, não apenas o crime em si está sujeito à análise dos avaliadores, mas também a potencialidade do mal e a possibilidade de reincidência por parte do criminoso, nesse contexto, o que levou o indivíduo a cometer um crime desempenha um papel fundamental no processo de construção da verdade.

E em contraste com figuras como Pierre Rivière, que apresentou um extenso relato explicando os motivos por trás do assassinato de sua mãe, irmã e irmão, ou criminosos confessos como Febrônio Índio do Brasil (Fry, 1982), Suzane, Pedrinho e Marcelo, os réus no "caso dos emasculados" nunca admitiram a culpa que lhes era atribuída, nem forneceram justificativas para suas ações.

Durante as investigações, foram elaboradas as razões que teriam levado todos esses indivíduos a cometerem tais crimes, e a hipótese de psicopatia e rituais de "magia negra", conforme procurei apontar, é considerada uma explicação compreensível, coerente e consistente não apenas para as autoridades que buscam resolver os casos, mas também para a audiência.

Além disso, não se pode negar o papel significativo que a mídia desempenha na sociedade globalizada de hoje, uma vez que é o principal meio de disseminação de informações e notícias. No entanto, ao longo do tempo, tornou-se evidente que a mídia emprega o poder que detém sobre a população para manipular e sensacionalizar informações e notícias, influenciando assim a opinião pública e a formação do senso crítico das massas.

É perceptível que, especialmente quando se trata de questões relacionadas à violência ou crimes, a mídia utiliza informações para criar narrativas e promover suas ideologias, o que acaba por moldar a opinião pública, refletindo a ideologia predominante. E não há dúvida de que é um direito do cidadão manter-se informado sobre fatos e acontecimentos. No entanto, essa liberdade de pensamento e expressão não deve ser explorada pelos meios de comunicação de massa para persuadir, manipular e influenciar seu público, pois isso pode resultar em uma desordem social.

Pois quando a mídia destaca um caso que impacta a sociedade e divulga informações carentes de embasamento legal, a notícia assume um caráter sensacionalista, exercendo uma influência prejudicial sobre a opinião pública. Isso, por sua vez, gera um clamor popular pela punição dos supostos culpados a qualquer custo.

O apelo das notícias relacionadas a crimes está intrinsecamente ligado à sociedade do espetáculo, que prioriza o entretenimento acima de tudo. As reações geradas por esse tipo de notícia transformam os eventos criminosos em verdadeiras atrações. Como resultado, as reportagens policiais passam a ser comercializadas como formas de entretenimento, contribuindo para a disseminação da linguagem sensacionalista. Torna-se evidente, portanto, que ao longo da história, os crimes sempre despertaram o interesse da sociedade, e a mídia, ciente disso, direciona seus holofotes para esses casos, transformando-os em reality shows.

A notícia de crimes dolosos contra a vida é transformada em produto dentro do contexto da sociedade contemporânea. Isso contribui para uma construção impessoal do jornalismo, que é comercializado como entretenimento, com as particularidades muitas vezes suprimidas pela falta de respaldo legal ou técnico. Consequentemente, sob a influência dessas informações excessivas sobre violência e crimes, a sociedade passa a exigir cada vez mais da Justiça punições imediatas e mais rigorosas para os acusados.

Além disso, a falta de compreensão dos crimes parece intensificar o horror dos casos devido ao componente imprevisível que eles suscitam. O ato de tirar a vida de alguém é, por natureza, algo incompreensível, uma vez que a quebra do "pacto social" é sempre inesperada, como indicado por Foucault. No entanto, os "requintes de crueldade" são ainda mais incompreensíveis e, como resultado, cativam a atenção de qualquer pessoa que tome conhecimento dos casos pela primeira vez. Entre o "ato de matar" e o "modo de matar" existe uma fronteira que envolve considerações morais e emocionais. A "violência extrema" sugere que o agressor tinha a intenção de infligir sofrimento à vítima, que não teria chance de sobreviver, e o sofrimento extremo, conforme sugerido por Pollak (1989), leva à desumanização das vítimas.

Febrônio, antes de matar, gravava siglas no peito das vítimas, semelhantes às que ele próprio tinha tatuado em seu corpo. No caso dos "meninos emasculados de Altamira" crianças foram mutiladas. Pierre Rivière cortou a cabeça da mãe, e deixou o sangue jorrar enquanto assistia as expressões de absoluto terror nos rostos da irmã e do irmão ao assistirem aquela cena, pouco antes de também serem assassinados. No primeiro e no segundo caso, a "feitiçaria" seria a motivação por trás dos crimes. Já no terceiro caso, Rivière foi considerado um louco incapaz de compreender a gravidade de seus atos, de acordo com avaliação médica. Nos três casos, a relação entre crime e insanidade é o que torna os crimes compreensíveis.

Segato (2005) afirma que tentar compreender os assassinatos de mulheres não como atos sem sentido, mas como formas de comunicação codificadas, requer abandonar uma abordagem explicativa convencional e adotar outra da qual as pessoas não envolvidas em crimes frequentemente se afastam. Portanto, explicar a brutalidade e o excesso, como mencionei anteriormente, como resultados da insanidade ou "magia negra", é uma abordagem alternativa para lidar com a mesma falta de compreensão. De certa forma, a politização em torno desses crimes diz mais sobre aqueles que não estão envolvidos nos crimes do que sobre os supostos autores, pois de acordo com Das (1996), o engajamento que surge em torno de um caso após a perda de alguém é tido como uma experiência que emerge sob a ótica de um evento crítico.

A sensação de falta de explicação diante das ações de criminosos leva a audiência, à medida que as narrativas se desenvolvem gradualmente, a atribuir significados aos casos, como a psicopatia, reforçando os modelos de compreensão já estabelecidos, como família, crime, vingança, justiça, impunidade, religião, entre outros.

Por fim, é digno de nota que a mídia tem procurado assumir o papel da promotoria, no entanto, apenas o sistema de justiça pode restabelecer a ordem. Porém, cabe mencionar

também que a realidade demonstra que a justiça não alcança todos e não está presente em todos os casos, ou, ainda, tem seu próprio tempo para se concretizar na prática.

Nesse espaço entre o pânico moral e a possível realização da justiça, a mídia frequentemente se posiciona. Às vezes, ela atua como uma força que pressiona as autoridades a responderem mais rapidamente a casos específicos, e, em outras ocasiões, adianta-se à própria justiça, impondo sua visão do que é justo ou injusto, do que é correto ou errado. Muitas vezes, essa interpretação é inflexível e, conseqüentemente, a mídia opera mais como uma busca por vingança do que pela busca de justiça. Para os espectadores, pode não haver muitas alternativas, e frequentemente uma explicação, ainda que não comprovada dos eventos, é mais satisfatória do que nenhuma.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, M. C. **A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, 2002, p> 677-704.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1985.

_____. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução José Rubens Siqueira. — São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BARTHES, Roland. **Ensaio Críticos**. Lisboa: Edições 70, 1971.

BOHLEBER, Werner. **Recordação, trauma e memória coletiva: a luta pela recordação em psicanálise**. Revista Brasileira de Psicanálise, v.41, n.1, 154-175, 2007.

BOLTANSKI, L. **La Denonciation**. Actes de La Recherche en Sciences Sociales, v. 51, 1984.

CASOY, Ilana. **Serial killers made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside, 2017.

FONSECA, C.; CARDARELLO, A. **Derechos de los más y menos humanos**. In.: TISCORNIA, S; PITA, M. V. (Eds.). Derechos Humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do collège de France (1970-1982)**. Editora SchwarczCompanhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão. Um caso de parricídio no século XIX**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

_____. **Loucura, literatura, sociedade**. In: Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Ditos & Escritos I. 1ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, p. 210-234.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Trad. Eduardo Brandão. — São Paulo; Martins Fontes. 2001 (Coleção tópicos).

_____. **Resumo dos cursos do collège de France (1970-1982)**. Editora SchwarczCompanhia das Letras, 1997.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREIRE, Maria José Alfaro. **A construção de um réu: Payakã e os índios na imprensa brasileira**. Natal, RN : EDUFRN, 2019.

FRY, Peter. **Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei**. In.: EULALIO, A. et alli (Orgs.) Caminhos Cruzados. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

_____. **Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis, Vozes, 2011.

Lacerda, Paula Mendes. **Meninos de Altamira: violência, "luta" política e administração pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LUI, Lizandro. **Uma genealogia da categoria de monstro**. Primeiros Estudos, n. 5, p. 21-38, 2013.

MACEDO, Cristian C.Q.. **A influência da frenologia no Instituto Histórico de Paris: raça e história durante a Monarquia de Julho (1830-1848)**. Humanidades em Diálogo (Impresso) , v. VII, p. 127-145, 2016.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições; 2018.

MISKOLCI, R. **Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay**. Cadernos Pagu, [S. l.], n. 28, p. 101–128, 2016.

MONTERO, P. **Da Doença à Desordem: a magia na umbanda**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PALHARES, Diogo Oliveira. **O Psicopata e o Direito Penal Brasileira - Qual a Sanção Adequada?** Revista Jurídica Práxis Interdisciplinar, UERJ, 2012. (ISSN 2237-0870).

PASCAL, B. **Pensamentos**. Edição, apresentação e notas L. Lafuma. Trad. M. Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989. Pp. 3-15.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO; 2005.

RAMOS, Roberto. **Roland Barthes: semiologia, mídia e fait divers**. Revista Famecos, v. 8, n. 14, p. 119-127, 2001.

RODRIGUES, Marcela Franzen. **Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 15, núm. 3, 2015, pp. 1119-1135.

RODRIGUES, R. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, Martín. **Les gangs et la presse [La production d'un mythe national]**. Actes de la recherche en sciences sociales, v. 101- 102, mars 1994.

SEGATO, R. L. **Território, Soberania e Crimes de Segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juárez**. Revista de Estudos Feministas, vol 13, n.2, Florianópolis, Maio-Agosto, 2005.

SILVA, Ana Beatriz B. **Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**. Niterói: EDUFF, 2008.

VAN DIJK, Teun A. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Barcelona: Paidós, 1997.